

SESSÕES DO PLENÁRIO

100ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de novembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA LUIZA LAUDANO (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmara, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (60)

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Requerimento...

O Sr. Gaban:- Pela ordem.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem, o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Srª Presidente, da mesma forma como ontem – quando havia 52 presenças registradas e foi avisado que teríamos votação –, hoje estão neste Plenário apenas V.Exª, eu e o deputado Carlos Brasileiro. Portanto, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Pela ordem.

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Exª será atendido, deputado

Gaban.

Pela ordem, o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Eu comungo com o deputado Gaban e gostaria...

O Sr. Gaban:- Só complementando, está ali o nosso presidente da CPI da Telefonia... Ah, relator! Mas o relator é o presidente. Está ali o nosso querido relator de uma das mais importantes CPIs em tramitação hoje na Casa, deputado Joseildo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputados, estava lendo um requerimento. Peço a V.Ex^{as} que me deixem concluir, por gentileza.

“Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia...”

O Sr. Gaban:- Sr^a Presidente, V.Ex^a anunciou o Pequeno Expediente. Por isso pedi verificação de quórum. V.Ex^a tem todo o direito de ler, mas na medida em que anunciou o Pequeno Expediente, não pode...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Gaban, eu ainda ia ler o expediente.

O Sr. Gaban:- Está registrado na Taquigrafia. V.Ex^a anunciou o Pequeno Expediente. Nesse momento solicitei a verificação de quórum. Depois da verificação de quórum, a qualquer momento – Sr. Presidente Marcelo Nilo, V.Ex^a que chegou agora –, ela poderia, mas como já tinha anunciado o Pequeno Expediente...

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo assume a direção da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para que eu possa entender. V.Ex^a pediu uma verificação de quórum? (Pausa.)

Peço as notas taquigráficas, porque estou chegando agora. Se V.Ex^a tiver razão, darei. Deputada, estarei aqui para atender V.Ex^a. Entendeu? Porque V.Ex^a estava presidindo a sessão. Mas o deputado Gaban pediu verificação...

Tragam as notas taquigráficas, urgentemente. (Pausa.)

(As notas taquigráficas são apresentadas ao Sr. Presidente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a não chegou a ler o requerimento. Não foi isso? Então, o requerimento não foi lido e o deputado Gaban pediu questão de ordem.

V.Ex^a, deputado Gaban, pediu uma verificação de quórum e será atendido. Quando a sessão é aberta, o requerimento tem de ser lido logo, antes de qualquer coisa. Então, irei deferir a questão de ordem de V.Ex^a.

Pela ordem, o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de complementar a questão de ordem do deputado Gaban. Solicito que V.Ex^a registre o tempo regimental, convocando os Srs. Deputados para que se façam presentes ao Plenário neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados, para que fique bem claro, não foi convocada uma sessão

extraordinária após o encerramento desta. Quando a sessão é aberta, o presidente tem de ler o requerimento logo, antes de qualquer coisa. A deputada Maria Luiza Laudano confirmou o que o deputado Gaban disse. Como V.Ex^{as} falaram a mesma linguagem, vou deferir a questão de ordem do deputado Gaban.

Srs. Deputados, há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, formulada pelos Srs. Deputados Gaban e Carlos Brasileiro. Peço que os Srs. Deputados que se encontram no cafezinho ou em qualquer outra dependência desta Casa compareçam ao Plenário.

Por favor, zerem o painel e contem 15 minutos. Não houve convocação de sessão extraordinária, portanto tem de haver quórum nesta sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

(Continuidade da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já temos quórum. Agora vou ler o *“Requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados que requerem, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as matérias: Projetos de Lei nºs 20.931/2014 e 20.933/2014.*

Defiro o requerimento.”

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria Luiza Laudano, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 30/10 e 06/11/2011, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Deputado José de Arimatéia, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 20, 21 e 22/10/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Deputado Targino Machado, comunicando que esteve ausente nas sessões por um período de 20 (vinte) dias, a partir de 03/11/2014 a 22/11/2014, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Presidente, usarei o Grande Expediente hoje, então libero o horário do Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Na desistência, com a palavra o

deputado Carlinhos Brasileiro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, *TV Assembleia*, demais representantes da comunicação, o que me traz aqui nesta tarde é para falar sobre uma matéria da Fieb, que saiu hoje no jornal *Correio da Bahia* e que nos traz muita alegria e esperança, principalmente para a nossa cidade Senhor do Bonfim, quando, na reportagem, declara que serão construídas novas unidades do Senai, e uma delas fica na cidade de Senhor do Bonfim, um pleito que a gente vem trabalhando de algum tempo, começando com o ex-presidente José Mascarenhas, também tivemos contato com o ex-presidente, falecido há pouco tempo, Gilberto Farias, e agora já agendamos uma conversa com o atual presidente Antônio Ricardo Alban. Então, é uma notícia extraordinária, acho que para toda a Bahia, porque na Bahia vão ser instalados e construídos mais de oito unidades, com um investimento de aproximadamente R\$ 120 milhões.

Todos nós que militamos no interior sabemos da importância de ter uma instituição como o Senai implantado na nossa cidade, que vai representar uma região de mais de nove municípios, na capacitação e no preparo de jovens e de pessoas de todas as idades, qualificando essas pessoas para o mercado de trabalho, fortalecendo, através da ciência, essa região e dando oportunidade para que os pais de família tenham uma qualificação para que possam disputar com outros que têm outros níveis de preparo educacional, no mundo do mercado, essas oportunidades de trabalho que surgirão.

Então, é um motivo de alegria, de felicitação para nós, de Senhor do Bonfim e diria das cidades de Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Jaguarari, Andorinha, Itiúba, Ponto Novo e Filadélfia que terão em breve. Haveremos de discutir isso com o atual presidente da Fieb para que, dentro das prioridades, como ele citou na reportagem, Bonfim seja a “prioridade primeira” – para ser bem redundante – para que essa unidade do Senai possa ser escolhida como a primeira dessa nova etapa de construção de unidades do Senai no Estado da Bahia.

Assim, eu quero aqui abraçar toda Senhor do Bonfim e toda região por essa notícia extraordinária que acabamos de receber esta manhã. Esperamos que isso venha a acontecer o mais breve possível, porque será um vetor de desenvolvimento para Senhor do Bonfim e região, uma vez que outras ações já estão sendo encaminhadas, a exemplo do Canal Eixo Sul de transposição do São Francisco que vai passar por Senhor do Bonfim, alimentando as barragens de toda a região, numa espera, numa busca de 20 anos atrás quando lá, repito, há 20 anos, nós dizíamos que Senhor do Bonfim e a região do semiárido só teria paz hídrica e sustentabilidade para que projetos grandiosos fossem ventilados e aplicados quando a água do São Francisco passasse por dentro das nossas terras. Então, tudo está se encaminhando para que o semiárido baiano muito em breve seja realmente uma das melhores regiões mais produtivas do Estado da Bahia, como faz o governo federal em defender o Nordeste como um dos vetores de maior desenvolvimento hoje do País.

Esta é a nossa fala de conagração com a Fieb de que essa notícia trará, com certeza, um futuro bem promissor para Bonfim e toda a microrregião.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra minha querida amiga, deputada Maria Luiza Laudano, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a **MARIA LUIZA LAUDANO**:- Sr. Presidente deputado Marcelo Nilo, eterno presidente desta Casa com muita honra para todos nós deputados e deputadas, minhas queridas taquígrafas, ouvintes da TV Assembleia, aqueles que nos visitam e nos assistem nas Galerias Paulo Jackson, Srs. Deputados e Deputadas, é uma honra estar aqui nesta tarde de hoje defendendo a Semana da Consciência Negra. Devemos conscientizar que, infelizmente, vários e vários Estados do Brasil que têm menos pessoas de cor negra, a honrosa cor negra, já têm o dia determinado como feriado. Infelizmente, nós aqui da Bahia.

E, infelizmente, nós, aqui da Bahia, somamos, assim, uma grande quantidade de negros para a honra de todos os baianos. Não temos, ainda, o dia da consciência negra ou o dia do Zumbi dos Palmares. Ainda, não temos o dia ou o feriado relativo à consciência negra. Isso é um absurdo.

Inclusive, já prescrevi um projeto de lei nesta Casa. E, diante dos inúmeros feridos existentes, ainda não conseguimos uma data, realmente, consagrada mesmo como o dia da consciência negra. É uma tristeza, porque todos nós devemos entender quanta gente é marginalizada pela cor.

Inclusive, deputado Bira Corôa, V.Ex^a defende, como eu, a dedicação a esses dias com muito entusiasmo, com muitas apresentações, com muitas comemorações. Sem dúvida alguma, haverá uma sessão especial brilhante para tais dias. Mas ainda não conseguimos convencer acerca de tal necessidade.

Então, sempre, defendo isso e digo que todos nós somos iguais. Muitas vezes, os que têm a cor parda ou a cor escura têm muito mais hombridade, honradez, personalidade, dignidade do que muitos e muitos brancos que passam por aí, que a gente vê metido em falcatruas, em irregularidades, sem cumprir as leis, querendo ser melhor do que os outros.

Realmente, a gente, a cada dia, fica impressionado como não se honram as datas que têm de ser honradas. Mas tenho fé em Deus que um dia os deputados, que aqui permanecerão, tenham, assim, a dignidade, a lembrança, a honradez a esse dia tão maravilhoso.

Digo que me sinto muito honrada por estar aqui, porque me irmano com todas essas pessoas com as quais convivo diretamente, muitas vezes, mais até do que aqueles que têm uma outra cor. Afirmo, como já disse, que todos são iguais. Às vezes, a gente confia mais naquele que vem, principalmente, da zona rural, aquele que vem mais da convivência de mais carência para que eles, realmente, se irmanem mais com a gente. E, às vezes, a gente se irmana muito mais, se abraça, se dedica,

conversa. Isso é importante, porque todos se irmanam conosco.

Quero dizer que um dia verei, aqui nesta Casa, este projeto tão dignificante ser aprovado ao menos com a honradez de dizer: existe o feriado comemorativo da consciência negra no Estado da Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Luiza Maia.

Pediria, por favor, à deputada Maria Luiza Laudano substituir-me na Presidência dos Trabalhos, porque, depois da deputada Luiza Maia, eu mesmo farei uso da palavra.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho à tribuna, apenas, para fazer um apelo para os líderes...

(Verifica-se problema no som do Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Só um minutinho, deputada Luiza Maia, porque não há som. Aliás, acho que o som está muito baixo. Pediria para aumentar o volume do som um pouquinho. Pediria, também, um pouco de atenção dos demais deputados para que a gente possa ouvir o discurso da deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Quero fazer um apelo aos deputados Gaban e Zé Neto para, realmente, chegarmos a um acordo ou a um consenso, a fim de resolver a questão do projeto da LOB da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Acho esta uma necessidade e uma ansiedade da categoria, da instituição. Não consigo entender por que não conseguimos formar este consenso, aqui, para fazer com que este projeto seja votado e aprovado imediatamente.

Quero aproveitar, também, este minuto aqui nesta tribuna, mesmo diante desta situação toda que estamos vivendo, esta turbulência e esta confusão pós-eleitoral para registrar, também, o meu repúdio diante de fatos que têm acontecido na imprensa, principalmente relacionada a essa questão dos direitos da mulher.

Acompanhamos um tal de Blanc, um norte-americano que tem feito palestras no mundo inteiro incentivando a violência contra a mulher. Mas, graças a Deus, já vimos a decisão do Itamaraty e de outros órgãos do nosso País assim como a mobilização, também no mundo inteiro, para impedir que esse maluco, esse louco violento, desrespeitador dos direitos das mulheres, venha para o nosso Brasil, como tem tentado ir para outros países, fazer palestras incentivando a cultura do estupro e da violência contra a mulher.

Quero deixar registrado o nosso repúdio.

Peço a esta Casa, também, para se posicionar sobre isso. Tem um *site* que podemos assinar um abaixo-assinado, inclusive, para mobilizar e sensibilizar as nossas autoridades nacionais para que, realmente, esse sujeito não consiga chegar ao

Brasil e não tenha autorização para chegar aqui.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, presentes nas Galerias Paulo Jackson, primeiro, quero fazer um convite a todos os parlamentares e a todos que estão nos assistindo pela *TV Assembleia*, pois, na próxima sexta-feira, às 10h, haverá uma sessão especial para recepcionarmos uma presença fundamental e importante que é o presidente nacional do Partido Comunista do Brasil que receberá a Comenda de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira aqui na Assembleia Legislativa.

Portanto o presidente nacional do PCdoB, Rabelo, será homenageado com a Comenda de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira. Solicitamos as suas presenças e convidamos todos para homenagear o nosso Renato Rabelo, pois ele é uma das figuras e uma das lideranças mais importantes do nosso País, uma vez que ele tem se destacado como um lutador que, desde o período da ditadura militar, tem feito um trabalho excelente, tem resistido e tem lutado em defesa da transformação e da conquista do socialismo em nosso País.

Renato Rabelo foi perseguido pela ditadura militar. Ele era estudante de medicina pela Universidade Federal da Bahia e terminou sendo perseguido. Recentemente, ele foi anistiado, matriculado e retornou, simbolicamente, para a Universidade Federal da Bahia, porque, na realidade, ele foi, injustamente, perseguido e reconhecido pela própria Universidade Federal da Bahia.

Portanto Renato Rabelo, que tantas lutas travou, tantas resistências, desde o período da Guerrilha do Araguaia até hoje tem se dedicado à luta pela transformação da nossa sociedade, vai aqui, na próxima sexta-feira, receber essa importante homenagem. Nós convidamos todos para que possam, efetivamente, homenagear o nosso presidente nacional do PC do B. Aliás, o nosso partido, elegeu o nosso primeiro governador, que é o do Maranhão, Flávio Dino, e a vitória do nosso partido naquele Estado eu diria que é equivalente à vitória, ou até uma vitória mais bonita do que foi a do nosso governador Jaques Wagner, quando derrotou o carlismo. No Maranhão, nós derrotamos a oligarquia Sarney, derrotamos os setores conservadores, e o Partido Comunista do Brasil vai governar um importante Estado brasileiro.

Vocês verão o que será o governo comunista lá no Maranhão. Vocês verão o que será o Maranhão depois do governo do PC do B. É um Estado rico, mas com uma população pobre e carente, mas teremos seguramente, com o governo comunista, com o governador Flávio Dino, grandes avanços naquele Estado. Sem dúvida nenhuma, vamos reduzir as desigualdades sociais, implementar um governo democrático, que faça melhorar as condições de vida de sua população. Portanto, o primeiro passo para

que possamos avançar rumo às maiores conquistas em nosso País.

O Maranhão será governado a partir de 1º de janeiro de 2015 por um comunista, um comunista de verdade, um comunista que vai dar o tom de um governo democrático, um governo avançado, um governo progressista, um governo para melhorar as condições de vida de sua população.

Quero aqui, mais uma vez, reforçar o convite para homenagearmos o nosso partido através do presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, sexta-feira, às 10 horas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, por 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srª Presidente, Srs. Deputados, visitantes nas Galerias Paulo Jackson, imprensa, servidores, eu me inscrevi hoje para falar neste Pequeno Expediente com o objetivo de fazer alguns esclarecimentos, deputado João Carlos Bacelar, em relação a esse episódio que tem abalado as estruturas da política nacional, envolvendo a nossa querida Petrobras.

Quero dizer que achamos que as apurações das denúncias todas elas devem ser feitas de foram a trazer à baila as responsabilidades. Mas temos que ter alguns cuidados para não expor algumas pessoas de forma açodada. Hoje, em diversos jornais de grande circulação no Brasil, inclusive os da Bahia, dizem que o Conselho de Administração da Petrobras encaminha pedido ao Ministério Público para acionar o ex-presidente da Petrobras e mais 14 ex-gerentes da companhia.

Fiz contato com a direção da Petrobras, e não é verdadeira essa informação de que o Conselho de Administração tomou essa posição. O Conselho tomou essa decisão de receber todas as informações internas, aguardar o parecer do TCU, da AGU, para tomar uma posição mais calcada dentro das realidades do caso que toma conta das páginas dos principais jornais do País.

Quero aqui mais uma vez reafirmar o nosso posicionamento - eu, como funcionário daquela companhia - de que é necessário que todas as apurações sejam feitas ao rigor da lei. E, logicamente, as pessoas que extrapolaram o direito que a companhia lhes permite devem ser punidas dentro do que a legislação brasileira recomenda.

Quero também aproveitar este momento, presidente, para dizer que encaminhei ao governo do Estado da Bahia, em especial à Secretaria de Infraestrutura - já fiz isso pessoalmente e estou fazendo oficialmente -, o Ofício nº 173 do meu gabinete para que a gente possa fazer a recuperação da estrada de Poções a Nova Canaã, deputado Euclides, que V.Exª conhece bem. Precisamos fazer uma recuperação de forma mais concreta e definitiva naquela nossa região.

Primeiro, aquela rodovia tem um relevo extremamente diferenciado, ocorrendo acidentes lá. Por isso, solicitei essa obra. Quero aqui pedir a todos os deputados e

deputadas que tenham relação com aquela região que somemos fileiras. Não que o governo estadual não esteja preocupado. Sei que está. Mas que possa dar uma prioridade para recuperar aquela via, criando inclusive as condições para que o tráfego ali flua com melhor capacidade.

Aproveito agora para dizer que nós do Partido dos Trabalhadores fizemos uma avaliação criteriosa das diversas ações, deputada Kelly, com relação à divisão territorial que está tramitando nesta Casa. Reconhecemos, deputado Álvaro, que houve acerca de Rodelas uma definição que estava aquém da vontade daquela população regional, e a SEI já tomou todas as medidas no sentido de fazer a correção e trazer de volta um novo limite territorial.

Sobre o projeto da deputada Kelly Magalhães, avaliamos também. Não tenho dúvidas de que vamos tramitá-lo aqui fazendo valer a sua vontade e a vontade da população barreirense para que possam realmente retomar aqueles 28 mil hectares que acabaram ficando para a cidade de Luís Eduardo Magalhães, quando de fato deveriam ficar para a de Barreiras.

E por último, quanto a esta querela entre as cidades de Pirai do Norte e Gandu, a SEI apresentou um projeto alternativo para que se possa chegar a um bom termo evitando que a primeira venha a ter prejuízo com a redução do Fundo de Participação, caso não se corrijam os erros que foram cometidos nesta nossa caminhada.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.) Com a desistência dele, tem a palavra o deputado Bira Corôa por até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores e Servidoras, Srs. da Imprensa, visitantes, faço uso da palavra neste espaço exatamente para pontuar primeiro o mês da Consciência Negra, que estamos celebrando. Compreendemos que no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, se comemora a memória e a resistência do nosso herói negro Zumbi dos Palmares.

Marca-se não apenas uma data simbólica em um dia, mas também o movimento social organizado, que tem atingido seus objetivos de proporcionar um dia de reflexão que se estendeu por uma semana e ora se estende por um mês.

Esperamos que passem a ser as comemorações ao longo de todo o ano, todos os dias, porque lutar contra as discriminações, lutar contra o racismo e assegurar acima de tudo, Sr^a Presidente, os direitos constitucionais de igualdade ao nosso povo são responsabilidades de todos os baianos, de todos os brasileiros. E não apenas de setores da nossa sociedade.

Sr^a Presidente, mesmo comemorando em pleno Século XXI, no mês de novembro, o Dia da Consciência Negra rumo a uma sociedade igualitária - fruto de um trabalho implementado há 12 anos no governo federal a partir do ex-presidente

Lula, muito bem conduzido pela presidente Dilma e aqui na Bahia a partir do governador Jaques Wagner, com setores estratégicos sendo criados nos planos de governos e muitos dos nossos municípios avançando com Secretarias ou outros setores, ainda temos de pontuar como registro a intolerância e, sobretudo, o racismo implementado entre nós.

Só neste mês, aqui na cidade do Salvador, nós vimos acontecerem diversos casos de racismo e de intolerância religiosa. Não sei se os 5 minutos serão suficientes, pois me preparei para fazer um texto mais amplo. Então vou deixar para fazer, nos 10 minutos do tempo do partido, uma fala específica sobre este ponto, pois sei que estes 2 minutos restantes não me permitirão falar tudo isto.

Quero pontuar que 4 casos são emblemáticos e vêm chamando a atenção, Sr^a Presidente. Estão sendo identificados como casos de racismo e de intolerância religiosa. Eu vou me ater a fazer uma fala mais específica no próximo tempo, como acabei de dizer, mas agora estou muito satisfeito por celebrar exatamente neste mês de novembro, quase ao término deste ano legislativo e já no fim de um mandato, grandes conquistas nesta Casa, grandes conquistas no Estado da Bahia.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Bira Corôa, não tem mais nenhum deputado inscrito no Pequeno Expediente. Como o horário vai, conforme o Regimento Interno, até 15h30min, V.Ex^a pode estender seu pronunciamento, porque diante de um tema tão importante dá para ver que todos nós o ouvimos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Quero aproveitar ainda o minuto que me resta para dizer, Sr^a Presidente, que estamos comemorando a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e o ato do governo do Estado da Bahia ao sancionar a matéria. Mas ainda estamos passando por um processo de debate e discussão para assegurar a regulamentação deste Estatuto, um instrumento dos mais perfeitos que temos.

O Estatuto da Igualdade Racial da Bahia é hoje um referencial, porque ele conseguiu manter conquistas importantes e estratégicas dos movimentos sociais organizados, as quais o Nacional não teve condição de sustentar. Por exemplo, o Capítulo que versa sobre os direitos constitucionais de ingresso no serviço público, a partir das cotas de 30% para negros e negras em todas as instâncias do Estado, para a incorporação ao seu quadro funcional. Como também a transformação do Ouro Negro, um Projeto do governo, num projeto do Estado, que ora não atende apenas o Carnaval de Salvador, mas também toda e qualquer manifestação cultural e identitária da nossa Bahia.

E esta é uma grande conquista com fundo de reserva e financiamento, assim também assegrande expediente gurando o direito do empreendedorismo afro-brasileiro, igualmente uma outra grande conquista que está sendo posta por este Estatuto, que assegura o direito à prática da religiosidade matriz africana e o combate à intolerância religiosa, nobre deputado João Carlos Bacelar, tão debatida por todos nós nesta Casa e que agora passa a ser um elemento de lei no nosso Estado.

E aí, Sr^a Presidente, vou esperar o próximo tempo do partido para que possa

fazer o discurso específico em relação à violência e ao desrespeito ainda vigente na nossa sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Presidenta (Maria Luiza Laudano):- Como não há mais orador inscrito no Pequeno Expediente, Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a Presidenta (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, alguns assuntos hoje temos que levar ao conhecimento de todos. Primeiro, gostaria de parabenizar o Líder do governo, deputado Zé Neto, porque na última sessão ordinária eu pedi vista para dois processos em andamento para votação. Um deles, com relação ao empréstimo e vou tecer os comentários posteriormente. O segundo, o projeto dos despachantes, o projeto do Detran. Sobre o qual há aqui um parecer e saiu nos jornais de grande circulação uma pequena matéria sobre o assunto. Porque o Supremo Tribunal Federal considera inconstitucional o projeto do Detran que se refere aos despachantes. O Líder do governo já me procurou, pela manhã, e disse que retirará de pauta e arrumaremos o projeto para tirar a inconstitucionalidade dele. Acho meio difícil, porque é uma regulamentação prevista.

Deputado Zé Neto, estou parabenizando V.Ex^a que me comunicou da retirada de pauta para discutirmos. Acho que o Parlamento é isso, porque a Constituição é muito clara, aprovar um projeto inconstitucional só dá desgaste ao Poder Legislativo. Meu caro amigo, deputado Zé Neto, às vezes reclamo porque os projetos não passam pelas comissões temáticas, vêm direto para o plenário e ocorre isso. Tenho certeza absoluta que se tivesse passado pela Comissão de Constituição e Justiça teriam detectado que é inconstitucional e não estaria na pauta hoje. Mas como V.Ex^a já tomou essa decisão, parabenizo-o pela atitude tomada. Se V.Ex^a quiser falar, concedo o aparte.

O Sr. Zé Neto:- Queria dizer a V.Ex^a que proponho que se V.Ex^a tiver alguém da Oposição pode ser relator. Só acho que a situação que estamos vivendo, já há vários estados com essa regulamentação, como Minas Gerais.

O Sr. GABAN:- Não sei o que eles têm, mas eu já estava com o voto em separado pronto para mostrar a inconstitucionalidade.

O Sr. Zé Neto:- Vamos amadurecer. Deixei o projeto fora de pauta por 15 dias, é o tempo que temos para amadurecer e discutir para ajustar. Correto?

O Sr. GABAN:- Perfeito.

O outro projeto que hoje está em pauta é com relação ao empréstimo de 800 milhões. Já declarei aqui, em outras oportunidades, inclusive a respeito desse projeto

que não tem sentido, em tese, votarmos contra um projeto que vai beneficiar a cidade de Salvador, a Região Metropolitana, a população de Salvador e obviamente é uma nova etapa da complementação das melhorias rodoviárias que existem dentro do município de Salvador. Nada mais, se alguns fatos não tivessem que vir à tona.

Começo dizendo o seguinte: “No período de 2007 a 2014 a Assembleia Legislativa já autorizou o Governo do Estado a captar recursos, através da operação de créditos interno e externo, no volume de R\$16,2 bilhões de reais, que somados com mais este Projeto que está na pauta de hoje atinge o total de R\$ 17,0 bilhões de reais.

Neste período (2007/OUTUBRO 2014), o Estado recebeu recursos resultantes de assinaturas destes contratos de financiamento de operações de crédito internas e externas um montante de R\$ 8,2 bilhões de reais, de acordo com dados do SICO/FIPLAN e relatórios do TCE das contas do Chefe do Poder Executivo.

Em 2013, foi aprovado pela Assembleia o projeto de lei nº 19.925/2012, que resultou na “Lei nº 12.589, publicada no *Diário Oficial* datado de 17/08/2012, autorizando o Estado a captar recursos até o montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), destinados, junto a Caixa Econômica Federal, PAC - Mobilidade das Grandes Cidades.”

Por que tudo estaria normal na aprovação, se eu agora fiz um levantamento e vi que as empresas estão sendo investigadas, minha cara presidente, por esse rio de dinheiro, se é que podemos chamar assim, acho que é um mar de dinheiro jogado fora? Chegou ao ponto de um assessor da Petrobras - não são nem os mangangões - dizer que quer uma pena reduzida para ele devolver o equivalente a R\$250 milhões. Ele está devolvendo R\$250 milhões. Ele está devolvendo parte do que ficou com ele, ou ele fica com uma parte para recuperar quando sair da cadeia, não sei, mas está devolvendo R\$250 milhões.

E na hora em que vamos ver, todas as empresas investigadas na Operação Lava Jato foram e continuam sendo contratadas pelo governo do Estado da Bahia para executar as obras que mencionei. Tais contratações, só das empresas que estão sendo investigadas agora, somam o total de R\$6,6 bilhões. Olhem a complexidade do assunto! Se aprovarmos esses R\$800 milhões, uma operação que está em tramitação... Não adianta a presidente Dilma vir querer dizer que no governo dela tudo está sendo investigado, mentira, não é o governo dela que está investigando. É um juiz federal corajoso que, junto com o Ministério Público Federal, deflagraram essa operação. Era só no Paraná e chegou agora a pegar Deus e o mundo. Então, não é o governo da presidente Dilma que está investigando, isso é mentira, não é verdade. É a Justiça do Paraná, através do Ministério Público Federal e, também, da Polícia Federal.

Colocado isso acho, no mínimo, temeroso colocarmos mais R\$ 800 milhões num consórcio que vai ser beneficiado e está sendo investigado. A primeira pergunta que qualquer um que tenha bom senso tem que fazer é se já está inclusa a propina. Porque pelo que temos visto na imprensa, pelos argumentos convincentes dos

delatores, pelos dados que tinham, pelos elementos para pegar senão a totalidade, mas, pelo menos, a grande parte da gangue instalada no País, todos eles disseram que as obras eram negociadas antes, sabiam que consórcio participaria, o consórcio que ganharia, qual o valor que as empresas que deixassem de participar receberiam e a outra parte do dinheiro iria para os intermediários do - olha o nome - clube de mafiosos, vamos assim chamar. E agora vamos colocar dinheiro, vamos aprovar sem ter uma apuração? Não cabe a mim e a nenhum de nós fazer juízo de valores, é uma questão única e exclusiva de bom senso. Como é que se aprova 800 milhões, uma obra importantíssima para a mobilidade urbana da cidade do Salvador, mas para colocar nas mãos de um consórcio que está sendo investigado? Não pode, esses consórcios e todas as empresas investigadas, como falei, são mais de 6,6 bilhões que estão em obras em andamento no Estado da Bahia. Tem, no mínimo, que se fazer uma CPI aqui na Casa para investigar as obras em andamento. Pegar a colaboração do Ministério Público Federal do Paraná para dar subsídio ao Ministério Público Federal daqui da Bahia, o Ministério Público Estadual através da Dr^a Rita Tourinho que tem uma equipe extremamente competente também e eficiente, pegar esse pessoal da Polícia Federal, também jovens arrojados que não dependem de ninguém, só dependem deles, que querem deixar um nome por ter cumprido bem a sua missão de trabalhar na nossa querida Polícia Federal, deixar na mão desses homens para que com isenção eles façam o julgamento.

Mas, enquanto, deputado João Carlos Bacelar, essas empresas não tiverem o laudo da honestidade que, pelo que dizem os que estão delatando, os diretores da Petrobras, assessores, doleiros, o escambau que está aí no país, elas estão sob suspeita. Há um empresário de uma grande empresa, a Camargo Correia, que trabalha também para o governo do Estado da Bahia, está aqui no rol, ele também já disse ao vice-presidente que pagava propina, que era a única maneira de sobreviver. Esse é o jogo que foi criado pelo governo do PT.

Então, na hora em que vemos um assessor devolver 250 milhões de reais, assusta. Não precisamos nem lembrar as denúncias que fiz, cheguei a publicar aquela empresa Verde, por exemplo, sabia que ela ia ganhar, publiquei o resultado com antecedência nos classificados do jornal *A Tarde*, promovi uma coletiva de imprensa para mostrar que eu tinha divulgado antes quem ganharia. E quem ganhou? A Verde. E não acontece nada! Denunciamos aqui aquela obra na época em que o nosso colega Paulo Câmara era secretário, quando cancelou um contrato com a civil e contratou com dispensa de licitação uma empresa do Rio Grande do Sul, acrescentando aí em torno de 11 milhões por dispensa de licitação numa obra de 30 e poucos milhões.

Vim aqui, denunciei, gritei e o que fizeram? Cancelaram a licitação. Contratarem uma outra, pasmem, de 48 milhões foi para 78 milhões e nada acontece! Não pode! Temos que dar um basta nessa corrupção. Na hora em que vejo, e também em condições normais eu não viria nenhum mal e anormal, aliás muito normal, por assim dizer, como foi feito no final, agora em setembro, o Secretário de Planejamento do Estado vir aqui trazer uma das peças mais importantes para a nossa análise que é o

orçamento. Normalíssimo. Normalíssimo se o Secretário de Planejamento não fosse um que está sendo investigado pela Polícia Federal, que está sendo investigado pelo Ministério Público Federal, que a própria atual presidente da Petrobras reconhece que funcionários recebiam propina, que tem os seus bens bloqueados, é o Sérgio Gabrielli. Nada pessoal contra ele, até porque não tenho problema pessoal com ninguém, mas uma figura que está com os bens bloqueados, está sendo investigado vir trazer uma peça orçamentária para a Assembleia, acho que no mínimo é um desrespeito. A posição mais prudente que ele deveria ter para preservar o governo do PT, seria ele mesmo ter pedido exoneração do cargo enquanto é investigado. Não estou também fazendo juízo de valor aqui, mas é o que está na mídia nacional, é a presidente atual da Petrobras que reconhece que foi dado propina lá dentro. Quem era o presidente, quem foi o responsável pela compra da Pasadena? Ele que era, como Dilma era presidente do Conselho, eles não sabiam de nada? Não pode!

Para mim está em suspeição essa peça orçamentária que foi entregue aqui no final de setembro pelo Secretário de Planejamento. Não sei de que forma foi feita, não sei quais os compromissos com as empresas que estão sendo investigadas. Há aqui a relação de todas elas, que somam 6,6 bilhões com o governo do Estado da Bahia, obras em andamento e você dá mais 800 milhões para empresas que estão sendo investigadas. Os seus diretores estão presos e nós vamos dar 800 milhões para elas? Tem ou não tem dinheiro envolvido?

Eu gostaria de saber se alguém tem coragem, repito, coragem de me desafiar e dizer: “Eu garanto que não tem propina envolvida na obra da segunda etapa do metrô de Salvador e esse consórcio a fará!” Eu desafio alguém ter a coragem de, aqui, afirmar e dizer: “Se tiver propina e isso for descoberto, renunciarei ao meu mandato!”

Venha, aqui, quem tiver coragem de dizer isso, porque se não disserem isso, não pode ser votado este projeto de empréstimo de 800 milhões para dar às mãos de quem está sendo investigado!

Nesse sentido, cumprindo com a minha obrigação de parlamentar desta Casa, encaminho, hoje, ao presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, o seguinte requerimento.

(Lê) “O Conselho de Administração da Petrobras decidiu, na data de 14/11/2014 (última sexta-feira), encaminhar ao Ministério Público Federal o pedido de abertura de inquérito de ação civil pública contra 15 pessoas envolvidas na aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, em 2006. Entre elas estão o ex-presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli e o ex-diretor da Área Internacional Nestor Cerveró. A informação foi revelada nesta segunda-feira pelo Blog do Ancelmo Gois, colunista do GLOBO.

A Petrobras reconheceu que ele foi umas das pessoas responsáveis pelos prejuízos sofridos pela estatal no negócio de aquisição de Pasadena, conforme conclusões constantes em relatório da Comissão Interna de Apuração (CIA) aberta por determinação da presidente da Petrobras, Graça Foster.

A compra da refinaria norte-americana, em 2006, durante a gestão de Gabrielli, é considerada um dos piores negócios já realizados pela Petrobras. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a estatal teve um prejuízo de US\$ 792,3 milhões. A Petrobras já registrou uma perda contábil de US\$ 530 milhões. A aquisição da refinaria no Texas foi negociada por Cerveró, que dirigiu a Área Internacional da Petrobras entre 2003 e 2008, com o aval de Gabrielli, que foi substituído por Graça em 2012.

O negócio foi aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras em fevereiro de 2006, quando era presidido por Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula. Inicialmente, a Petrobras pagou US\$ 360 milhões por 50% da unidade da Astra, valor bem superior ao pago pela belga um ano antes: US\$ 42,5 milhões.”

Isso é quase um décimo do valor.

(Lê) “Em 2008, após uma disputa arbitral e judicial com a Astra nos Estados Unidos, a Petrobras foi obrigada a comprar a outra metade do empreendimento da sócia por um valor muito superior ao que pagou em 2006, elevando o valor total da aquisição para US\$ 1,18 bilhões. Isso aconteceu porque havia no contrato uma cláusula conhecida como “put option”, que dava à belga o direito de obrigar a Petrobras comprar sua parte em caso de disputa.”

Eh, redação bonita!

(Lê) “Quando o caso veio à tona, no ano passado, Dilma acusou Cerveró de ter apresentado ao conselho um resumo executivo “técnica e juridicamente falho”, que omitia cláusulas importantes do contrato, como a que obrigou a estatal a comprar a outra metade da refinaria.

A indicação de Gabrielli e Cerveró como responsáveis pelos prejuízos do caso Pasadena pela investigação interna da Petrobras repete decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de julho deste ano, que também responsabilizou os dois e outros gestores e ex-gestores da estatal.

O Tribunal de Contas da União (TCU) isentou, por unanimidade, da responsabilidade a presidente Dilma Rousseff e os demais integrantes do Conselho de Administração da Petrobras no processo que analisa prejuízos causados pela compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. A decisão manteve como responsáveis apenas os integrantes da antiga diretoria da companhia, entre eles José Sérgio Gabrielli, Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa, que passarão a ter os bens indispensáveis. O processo foi transformado em tomada de contas especial para avaliar a necessidade de devolução de US\$ 792,3 milhões aos cofres da Petrobras.

Assim, no que pese o direito de presunção de inocência reconhecido a todo cidadão, não se pode fechar os olhos para as gravíssimas conclusões alcançadas pelo Tribunal de Contas da União – que determinou o bloqueio de bens de um Secretário de Estado da Bahia –, bem como de conclusões da própria Petrobras, que requereu ao Ministério Público Federal a abertura de inquérito civil contra esse secretário.

Esta Casa não pode fechar os olhos para o fato de que o cidadão em referência venha a gerir verbas do povo baiano, porquanto ocupante de função pública de fundamental importância para os rumos deste Estado, a qual o credencia inclusive a assinar a Lei Orçamentária da Bahia.

Portanto, cabe à Assembleia Legislativa, por dever constitucional de zelo pelo interesse dos baianos e da coisa pública, firmar um posicionamento muito claro em relação aos fatos aqui relatados.

Por tudo, peço que este Plenário delibere sobre o presente pedido de convocação do secretário de Planejamento do Estado, o Sr. Sérgio Gabrielli, para que preste esclarecimentos a esta Casa, e ao povo baiano, sobre as conclusões do relatório da comissão interna de apuração aberta pela Petrobras, que o acusa de responsabilidade pela gerência criminosa de verba pública no episódio da compra da refinaria de Pasadena, conforme permite o art. 133, inc. VIII, do Regimento Interno desta Casa.

Na oportunidade, peço também o envio de ofício à Petrobras para a disponibilização do relatório conclusivo da Comissão Interna de Apuração (CIA), bem como ao Tribunal de Contas da União, para que disponibilize cópia dos autos do processo que determinou o bloqueio de bens de Sérgio Gabrielli por conta dos fatos aqui relatados.”

Considero que a peça orçamentária encaminhada e entregue pessoalmente pelo secretário Sérgio Gabrielli não pode ser acatada por este Poder Legislativo, por estar eivada de inúmeras suspeitas.

Voltando ao assunto do empréstimo de hoje, de R\$ 800 milhões, não podemos, liberá-lo para empresas como a UTC Engenharia (Constran), que trabalha para o Estado da Bahia, contrato de R\$ 165 milhões. Arena Fonte Nova, está aí a OAS, R\$ 600 milhões. Metrô de Salvador a Lauro de Freitas, CCR/CPC (Soares Penido, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez), R\$ 4 bilhões e 200 milhões. Via Expressa, OAS, R\$ 480 milhões. Duplicação da Avenida Orlando Gomes e implantação da Avenida 29 de Março, OAS, R\$ 581 milhões. Duplicação da Avenida Gal Costa e implantação da ligação Pirajá-Lobato, Consórcio Transoceânico (Axxo, Queiroz Galvão, Constran e TTC). Não pode, gente! É o bom senso que recomenda.

Aprovarmos R\$ 800 milhões para uma obra, repito, importantíssima, que é a segunda etapa do metrô de Salvador, liberar para um consócio que está sendo investigado, que tem os seus diretores presos? Os que já confessaram o crime... Inclusive, um vice-presidente da Andrade Gutierrez disse que pagava propina. Era o que estava estabelecido. E dizia como era a distribuição. Então, a primeira pergunta que tem de se fazer, sem querer fazer pré-julgamento, mas já o fazendo, nesses R\$ 800 milhões já estão inclusos as propinas e os preços superfaturados para beneficiar as empresas que deixaram de participar da concorrência, conforme tem sido relatado e divulgado por toda a imprensa nacional?

Não! O bom senso, minha cara presidente, não permite nenhuma votação nesse sentido enquanto isso não for elucidado, para ver se, efetivamente, as denúncias serão

ou não comprovadas. É o direito de cada cidadão fazer a sua defesa. O direito, é óbvio, será dado a todos os envolvidos. Enquanto isso não é devidamente apurado, colocar R\$ 800 milhões sem saber se aí estão inclusas as propinas, os acordos para participação nas licitações, conforme tem sido relatado, denunciado diuturnamente na imprensa por aqueles que estão sendo ouvidos na Polícia Federal, é, no mínimo, uma irresponsabilidade.

Espero que meus parceiros, companheiros de Poder Legislativo desta legislatura, tenham bom senso e aguardem. Com dinheiro público, não se brinca.

Quando vejo, repetindo e concluindo, um assessor fazer um acordo para devolver 250 milhões... Deputado Reinaldo Braga, V.Ex^a já viu um assessor fazer um acordo para diminuir sua pena? “Devolvo 250 milhões de reais, faço toda a denúncia, vou entregar todo mundo, mas diminui a minha pena”.

Ora, 250 milhões é o sonho que faz com que milhares e milhares de brasileiros participem na loteria da mega-sena do fim do ano, o que vai beneficiar várias famílias de várias gerações. Quando se fala numa-mega sena acumulada de 20 milhões, já é muito dinheiro. Essa aqui são 22 mega-senas acumuladas de 20 milhões cada uma, que um assessor vai devolver.

Por isso, meu querido amigo Rosemberg, acho extremamente prematuro aprovarmos 800 milhões - sem querer fazer prejuízo, enquanto não tem a conclusão para a empresa que tem seus diretores presos - liberarmos esse empréstimo para ser colocado nas mãos deles, que já foram considerados, mais uma vez, vitoriosos em processo de concorrência no Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Horário das Lideranças Partidárias.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre líder do governo e da maioria ou líder do bloco parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sra. Presidente que muito honra esta Casa nesta tarde, vai falar por até 11 minutos o nobre deputado Bira Corôa.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, Srs. Servidores, Sr^s Servidoras, Imprensa, visitantes, todos e todas aqui presentes, no Pequeno Expediente, no famoso pinga-fogo, eu anunciei que iria fazer um pronunciamento em relação à passagem do Novembro Negro, e conseqüentemente, ao número de violências vividas no Estado da Bahia, em especial na cidade de Salvador, no que tange ainda à força do racismo e, conseqüentemente, a ações de intolerância religiosa.

Sra. Presidente, estamos em pleno mês de novembro, período em que

comemoramos a consciência negra e vivemos, neste Estado, diversos casos de racismo. Friso, este mês, pela simbologia que o mesmo representa, mostra como ele ainda está vivo na nossa sociedade.

Falo do lugar que estou na Bahia, no Estado mais negro fora da África, onde ainda convivemos com atos de racismo. Recebemos aqui nesta casa, Sra. Presidente, na Comissão de Direitos Humanos, a família de Davi Fiúza, que está desaparecido há mais de 10 dias, com suspeita de ser de responsabilidade de alguns maus policiais no nosso Estado, mas que reflete no medo que a população negra da Bahia tem da nossa briosa Polícia Militar.

No depoimento prestado, Sr^a Presidente, pela família, pela mãe, irmãs e o advogado que acompanha a família, foi apresentado que esse jovem foi sequestrado na sua comunidade, e ainda não temos nenhuma informação a respeito do seu paradeiro. O desespero tamanho da família, Sra. Presidente, chegou ao ponto da mãe fazer ofertas financeiras para quem pudesse apresentar uma pista do paradeiro do seu filho. Chamamos a atenção é que a ação do sequestro é parte de um processo que está em curso e que estamos combatendo, o genocídio da juventude negra nos nossos bairros periféricos.

O crime de racismo ocorrido na loja Riachuelo do Iguatemi, Sr^a Presidente, em que uma estudante foi acusado de roubo sem nenhuma prova... Ela foi exposta diante de todos, ao ser obrigada a retirar todos os seus pertences da bolsa, sob a alegação de que tinha furtado um brinco. Ora, Sr^a Presidente, o que se vê é que o que levou ela a ser colocada como ladra era, nada mais, nada menos, o fato de ser negra e de ter o cabelo crespo. A jovem, sem dúvida alguma, ressaltou com muita firmeza que, como jovem e filha de um ex-vereador da cidade de Candeias, Sr^a Presidente, que foi assassinado... A jovem foi tratada como ladra apenas pela epiderme e pela condição dos seus cabelos.

Quero chamar a atenção, Sr^a Presidente, que esse não foi o primeiro e o único caso da loja Riachuelo. Acompanhamos esse fato na Comissão e descobrimos que existe um número elevado de registro de denúncias do crime de racismo contra a intervenção e a ação da Riachuelo. São vários os casos de jovens negros e negras que são tratados pela loja Riachuelo como marginais, sentenciados e condenados sem direito a julgamento.

Na semana que passou, Sr^a Presidente, outra estudante da Rede Pública de Ensino foi impedida de entrar numa escola estadual por usar um turbante na sua cabeça. Esse é mais um ato de intolerância religiosa. Nós reconhecemos que é permitido portar uma Bíblia em todo e qualquer recinto, e nós defendemos. É permitido utilizar um crucifixo, mas não é permitido utilizar um símbolo da religiosidade de matriz africana.

Nessa mesma semana passada, vivemos outro ataque brutal de intolerância religiosa. Foi lançado sobre a sagrada perda de xangô, localizada na Cajazeiras X, e no seu entorno cerca de 200 kg de sal e de enxofre. Esse é um ato de violência e de intolerância religiosa, já que essa pedra é reclamada e solicitada pelos adeptos do

candomblé e por todo o povo de santo da Bahia para que seja tombada pelo Patrimônio, Histórico e Cultural e para que seja assegurada como patrimônio imaterial da Bahia, em razão do que ela representa para a religião de matriz africana. Sem dúvida nenhuma, Sr^a Presidente, esse é mais um ato de intolerância religiosa vivido em pleno mês de novembro, na nossa capital.

Esses exemplos são classificados da seguinte forma: genocídio, racismo e intolerância religiosa cometido contra a população preta, pobre e periférica do nosso município de Salvador e da nossa capital. Isso ocorre no mesmo padrão que estamos vivenciando o genocídio da juventude negra. Tenho dito sempre que o extermínio da juventude negra e os casos de homicídio neste Estado e nesta Capital têm cor, faixa etária e endereço. São sempre jovens negros, periféricos e de baixa renda. Consequentemente, é a comprovação de mais uma ação brutal de extermínio e de enfrentamento à população negra.

Quero pedir, na condição de deputado e de cidadão do Estado da Bahia, que as autoridades não deixem que esses casos passem despercebidos, como muitos outros que já ocorreram. Quero pedir também que tomemos medidas para barrar, definitivamente, esses casos em nosso Estado. Acabamos de aprovar, nesta Casa, através de uma ação do governo do Estado da Bahia, que o sancionou, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, que traz avanços em diversas áreas e constrói um novo instrumento para o combate à intolerância religiosa e aos crimes de racismo em nosso Estado.

Sem dúvida nenhuma, Sr^a Presidente, é a partir do Estatuto da Igualdade Racial aprovado nesta Casa, sancionado pelo governo estadual e com regulamentação em curso que a Bahia passa a ser um dos Estados com maior avanço no combate à intolerância e ao racismo e, consequentemente, na consolidação de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

O Estado e a sociedade baiana precisam se apropriar deste Estatuto para que possam avançar nas políticas reparatórias e consolidar uma sociedade igualitária. Neste caso, temos um instrumento para tratar destes assuntos, a Comissão Especial de Promoção da Igualdade - CEPI. É através dela, Sr^a Presidente, que esta Assembleia tem recebido denúncias, discutido com a sociedade e realizado audiências e sessões especiais para debatermos temas e implementarmos, com o governo do Estado, projetos e programas com políticas afirmativas que conduzam o nosso povo a uma condição de igualdade.

Estamos chegando ao final desta Legislatura. Este Parlamento fez muito, Sr^a Presidente, por essa Comissão e diversas outras Comissões, como já foi citado em testemunho dado por diversos pares desta Casa em relação às intervenções e ações já formuladas.

Sr^a Presidente, V.Ex^a também tem contribuído muito para a Comissão Especial de Promoção da Igualdade, porque neste Plenário tem votado em inúmeras ações que beneficiaram o combate à intolerância, à desigualdade e ao racismo.

Na sexta-feira da próxima semana, dia 27, realizaremos uma audiência pública neste Legislativo exatamente para consolidarmos o Estatuto da Igualdade Racial e discutirmos a regulamentação do Programa Ouro Negro, que, sem dúvida alguma, é uma das reivindicações do setor cultural e de expressão da nossa identidade baiana. É através dessa política que a presença do negro tem-se mantido no Carnaval e, agora, em todas as manifestações populares e culturais do nosso Estado.

Para encerrar, Sr^a Presidente, quero dizer aos pares desta Casa que este é um momento importante para transformarmos em permanente a Comissão Especial de Promoção da Igualdade. Devemos mantê-la, pois ela tem permitido avanços, estabelecido um elo com a sociedade e é, acima de tudo, um instrumento para a condução de políticas afirmativas e reparatórias da nossa Bahia.

Hoje ainda enfrentamos o racismo e a intolerância, mas combatemos também todos os outros mecanismos de discriminação ainda vigentes no nosso Estado. Por tudo isso, solicito aos pares que transformemos a Comissão Especial de Promoção da Igualdade em permanente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Concedo a palavra, nobre presidenta, ao deputado Rosemberg Pinto. (Pausa.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Na ausência dele, concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 11 minutos, no horário do PDT/PCdoB.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidenta, demais deputados, primeiro eu quero chamar a atenção dos colegas para uma polêmica que se trava aqui na Assembleia Legislativa sobre esta questão da divisão territorial. Já expressei desta tribuna o meu ponto de vista e vou repetir: na realidade, particularmente, entendo que o projeto aprovado nesta Casa determinando a redefinição dos territórios dos municípios baianos é de uma fragilidade jurídica muito grande. A Constituição Federal, no seu Art. nº 18, § 4º, determina que, na hipótese de haver qualquer redefinição territorial, emancipação, desmembramento, etc., tem de haver a consulta de todos os municípios envolvidos, de todas as populações.

Portanto, neste caso concreto aqui do projeto de lei que tem como objetivo redefinir a base territorial de Gandu e Piraí do Norte, ele não é nem sequer consensual, ou seja, o prefeito de Gandu é contra, a Câmara de Vereadores de Gandu

é contra, a população de Gandu é contra. Não houve consenso! E o que se definiu na Assembleia é que, quando não houvesse consenso, não se colocaria para serem votados neste Plenário esses projetos polêmicos. Imaginem o que é votar aqui um projeto que a população, os vereadores e o prefeito são contra!

Ainda que fosse eventualmente aprovado nesta Casa, ele não resistiria a uma simples ação jurídica, porque, sem dúvida, teria sido aprovado aqui um projeto totalmente inconstitucional, ferindo claramente o Art. nº 18, § 4º, da Constituição Federal. Portanto, esta matéria não resistiria à mais simples ação jurídica elaborada pelo mais inexperiente advogado.

Quero deixar claro que, se eventualmente este projeto for aprovado, vamos ingressar com uma ação alegando a sua inconstitucionalidade, porque até hoje não houve uma ação desse tipo que não tenha sido vitoriosa na Justiça. Não existe uma lei federal regulando isto, porque é a Constituição Federal que regula esta questão. Portanto, trata-se de um projeto que se pretende aprovar aqui numa forma absurda, porque uma proposição deste porte tem de ser aprovada de maneira consensual. Então, se não há consenso, não há como aprova um projeto destes.

Logo, peço aqui a compreensão dos deputados, e principalmente, do deputado Euclides que é inclusive Líder do meu bloco. Mas, deputado Euclides, V.Exª é o Líder do nosso Bloco PDT/PCdoB, está contrariando os membros deste mesmo bloco e começa a colher assinaturas para fazer uma sessão extraordinária! Peço, aqui, aos deputados não assinar este pedido de sessão extraordinária, porque não tem sentido. Se senta e se chega a um consenso, tudo bem!

Mas falei aqui que não concordo que a base, para se resolver este problema da divisão territorial, seja a questão financeira. Eu não concordo com isso, repito, não concordo. Na realidade, qualquer município, para ceder o seu território, tem de haver um consenso de sua população e de suas lideranças, porque não tem lógica um município ceder parte de seu território para um outro município sob o argumento financeiro. Isso não tem lógica! Assim como também não tinha lógica e não tem!

O primeiro estudo foi feito sobre a cidade de Rodelas e determinava a retirada de 52% de área do município de Rodelas. Observem, 52%? É brincadeira? É uma estupidez! Esse percentual era mais da metade do município de Rodelas! Mais da metade! Aí, era melhor anexar logo. Anexava Rodelas a outro município e ficava mais prático. Não se teria tanto trabalho.

Esta questão da divisão territorial tem de ser vista com muita cautela e com muita tranquilidade. Portanto, peço aos deputados ponderar sobre o assunto.

O meu líder é Euclides Fernandes e ele é Líder do meu Bloco PDT/PCdoB. Peço a ele para, efetivamente, buscar o consenso dentro do nosso bloco, porque não há consenso nem mesmo dentro do nosso Bloco, repito, não há consenso em nosso bloco.

Portanto, quero deixar claro aqui...

O Sr. Euclides Fernando:- Deputado, V.Exª me permite?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a, deputado Euclides, está inscrito.

Quero deixar claro, aqui, que não há consenso, repito, não há consenso. Falei com o prefeito de Pirai e não há nada de pessoal. A minha tese geral é a seguinte, qual seja, eu me coloco à disposição. Não havendo consenso, eu me coloco ao lado do município que estaria, em tese, perdendo o território! Então, me coloco ao lado dos municípios que estiverem perdendo território. Esta é a minha lógica.

No caso específico, Gandu estaria perdendo território. E até mesmo o argumento da perda de recursos é frágil, porque, diante deste argumento, aqui mesmo, Gandu não perderia nada. Esse, para mim, não é o argumento central.

Mas ainda que fosse levado em consideração esse argumento, nada garante que Gandu não perderia seus recursos, porque previsão é previsão. E o senso ainda não foi feito. Uma coisa é a previsão e outra coisa é a realidade.

Então, não há a constatação e não há a garantia objetiva de que Gandu não perderia. Não há essa garantia, embora a minha tese não leve essa questão como fundamental. Essa, para mim, não é a questão fundamental. A questão fundamental é a de se fazer qualquer que seja a divisão ou o desmembramento ou a emancipação dentro das bases constitucionais e dentro do consenso entre as populações. Não é, apenas, de uma população ou, apenas, de uma cidade ou, apenas, de uma localidade, mas, sim, das populações envolvidas!

Portanto, pondero, aqui, ao nobre deputado Euclides.

Estou dizendo que utilizarei todas as formas possíveis de obstrução, repito, todas, quais sejam, desde obstruir falando durante os meus 20 minutos, falando mais os 5 minutos, pedindo aos nossos colegas Kelly, Marcelino Galo e Fabrício para falar, também, os seus 20 minutos, a fim de que possamos obstruir como na questão da verificação de quórum e na questão dos questionamentos.

E se na hipótese de nada disso dar certo, ainda há a questão jurídica. Nós não vamos aceitar tal resultado em nenhuma hipótese.

Eu peço, aqui, aos nobre deputados, que concordam com a minha tese, não votar a favor deste projeto. Dentro da lógica acertada pelo deputado Mario Negromonte e, também, diante do acertado com o Líder do Governo, há o acordo segundo o qual não se votaria nada aqui que não fosse consensual. Assim, está-se ferindo, frontalmente, esta regra.

Está-se tentando votar uma coisa que não é consensual, uma coisa que tem uma resistência fortíssima de uma cidade como Gandu. E esta resistência não é, apenas, do seu prefeito, mas de sua população também, incluindo a Câmara de Vereadores!

Como se vai contrariar a vontade da população da cidade como Gandu? Contrariar o ponto de vista do prefeito? Contrariar o ponto de vista dos vereadores? Não tem sentido! Não tem lógica!

Por isso, eu peço a reflexão do nosso Líder Euclides Fernandes, líder do nosso bloco. Não existe consenso sobre isso em nosso bloco. O nosso bloco não concorda! Os 3 deputados do PCdoB são radicalmente contra, deputado Euclides. Portanto, não

há consenso nem no bloco em que V.Ex^a é Líder. Repito, nem no bloco em que V.Ex^a é Líder há consenso. Então este projeto não pode ser votado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu vou utilizar todos os mecanismos de obstrução. Peço aos colegas, também, para me ajudar neste processo obstrução. Peço ponderação aos deputados Luiza Maia, Kelly Magalhães, Marcelino Galo, Fabrício e Brasileiro.

Peço ao meu Líder repensar sobre esta questão.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Não há orador.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidente, falará, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Zé Neto e, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Euclides.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr^a Presidente, todos presentes, aqueles que se encontram nas galerias, nobre Vice-Líder Gaban, companheiros e companheiras, deputados e deputadas, eu queria, aqui, primeiro, chamar a atenção para o dia de amanhã. Nós estaremos votando dois importantes projetos que dão sequência a um processo de amadurecimento do diálogo entre governo e a Polícia Militar.

Agora, também, o Corpo de Bombeiros passa a ter autonomia e independência; por conseguinte, passa a necessitar, ainda mais, de uma lei orgânica própria, de uma Lei de Organização Básica própria. Isso nos faz ter esta responsabilidade.

Foram 8 meses de debate entre governo, Polícia Militar, representantes dos Bombeiros, Casa Civil, Casa Militar, Secretaria da Segurança Pública e Executivo, representado, também, pela Secretaria da Administração.

Durante 8 meses, tínhamos, lá, as bases da LOB, as bases para construir, também, como tinha encaminhado inicialmente, o estatuto para a polícia e para os bombeiros. E tínhamos, também, o Código de Ética.

Infelizmente, houve ruídos aqui e acolá. Não vamos cair no mérito. Tivemos uma greve. Durante a greve, foi solicitado ao governo pela corporação e suas representações, inclusive, por escrito. Isso estava lá por escrito. Temos documentos daquela greve, daquele movimento solicitando a retirada da pauta de discussão o Estatuto e também o Código de Ética. Retiramos. Ficamos de voltar a discutir esses

dois importantes instrumentos normativos em momento propício, com o diálogo mais efetivo na Casa Legislativa.

A greve terminou. Fomos para um outro momento.

Chegaram a esta Casa as LOBs – Lei de Organização Básica – da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Aqui, nesta Casa, votamos a independência dos bombeiros. E, aqui nesta Casa, por dois meses, inclusive, com o aval da própria Oposição que, sempre, me dizia – e o deputado Gaban, aqui à frente, sabe o que estou dizendo – que quando houvesse o término das negociações que caberia a ele, apenas, ouvir as entidades e saber qual seria o panorama. Se houvesse consenso, a Oposição não criaria dificuldades.

Acabamos por consenso!

Aliás, é bom distinguir o que é consenso e o que é unanimidade. Não havia unanimidade no tocante a matéria atender a cem por cento das pessoas. Mas tinha o consenso de que aquilo, que estávamos a aprovar, era o possível.

Tínhamos seis entidades. Em determinado momento, uma entidade disse: “Olha, me dou por voto vencido, pois faço parte de um coletivo”. Então, por consenso, esse coletivo disse: “Vota esta LOB.”

E os parágrafos primeiro e terceiro do art. 57 eram problemáticos do ponto de vista de algumas interpretações feitas no âmbito da própria polícia. Esse ficou para o governador Jaques Wagner, o comandante supremo da tropa, tomar a decisão de buscar o consenso entre a Secretaria da Segurança e o Comando-Geral.

Isso foi feito. Chegou a esta Casa o termo final. E o governador, muito sabiamente, colocou que só, em casos excepcionais, avocaria para si e, a seu critério, redirecionaria este poder de investigação ao secretário da Segurança Pública. A meu ver, poderia ter sido feito de outra forma também. Mas fez-se assim para acalmar esses interesses, para, com muita sabedoria, contemplar caso a caso, lado a lado.

Estamos, hoje, com essas formulações todas em nossas mãos e precisamos votar.

A Oposição se manifestou. Uma das entidades recuou do posicionamento inicial. Quero, aqui, publicamente, colocar que recuou infelizmente e veio pedir, para a Oposição, não votar favoravelmente. Estiveram conosco.

Evidentemente, estamos conversando para ver se, ainda hoje, pela tarde, conseguimos encontrar um outro caminho. Nunca será pouco buscar a negociação. Nunca será pouco buscar o diálogo. Nunca será pouco ao Parlamento deixar o que passou para trás. Sempre será valioso ao Parlamento observar cada instante e cada movimentação, mas sempre olhar, para cada instante e para cada movimentação, no sentido de buscar o melhor.

Longe estamos de achar que vamos votar tudo o que é ideal e sempre alcançar o ideal. Muitas vezes, não se chega ao ideal. Algumas vezes, se chega ao ideal. Mas, longe de buscar a unanimidade, esta Casa deve buscar o que é o seu mister e, ao máximo, encontrar o consenso do que é possível.

Quero, amanhã, trazer este caminho mais uma vez. Como Líder do governo, digo que não há portas fechadas, não há janelas fechadas, não há mentes fechadas e não há coração fechado.

Estamos discutindo, hoje, o começo de uma nova dimensão para as Polícia Militar, Bombeiros e para a nossa sociedade, pois esta última espera dos nossos governantes, deste Parlamento, desta polícia, deste Corpo de Bombeiros que todos nós a compreensão que sempre teremos que fazer o melhor no que está ao nosso alcance.

Fica aqui o meu apelo para que não tenhamos outra coisa, senão a busca de unificar ao máximo, de buscar essa unidade em torno do diálogo para que amanhã, ainda amanhã, tenhamos capacidade de votar nesta Casa esses dois importantes projetos que, quero aqui mais uma vez afirmar, abrirão caminho para discutir estatuto, abrirão caminho para discutir outras questões internas da polícia, e nós vamos buscar nesse caminho, que é o do diálogo, o melhor que está ao nosso alcance e que pode ser feito ao nosso alcance.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes, pelo restante do tempo de 6 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, nossas saudações ao prefeito Herazinho, do município de Piraí do Norte, aos senhores vereadores, secretários municipais dos municípios que se encontram aqui assistindo esta sessão plenária.

Sr. Presidente, nós ouvimos esse nobre deputado Álvaro Gomes, um deputado por quem tenho admiração, vejo nele uma figura de deputado atuante, incansável, com presença na tribuna desta Casa de Leis, presença nas comissões, um deputado verdadeiramente, na acepção da palavra, bastante atuante.

Infelizmente, ele está envolvido pela emoção, dentro desse processo foi feita uma lei de limite territorial em que não foi criado o consenso, houve um erro por parte do deputado estadual Rosemberg Pinto, que afirmou que existiria o consenso para aprovação da lei; que havia o consenso dos prefeitos envolvidos naquela matéria de limite territorial.

Daí o presidente colocou em pauta e foi aprovado o projeto com esse erro, que foi colocado pela postura do deputado Rosemberg Pinto. Isso trouxe dificuldades, essa divisão do município de Gandu com o limite de Piraí do Norte. Dificuldades, por quê? Primeiro, a população de Tararanga, que era assistida pelo município de Piraí do Norte, assistida em todo o sentido falando, no que diz à saúde, à educação, iluminação, limpeza pública, essa população já com o desejo de ter esse povoado na divisão territorial dos limites, municípios Gandu/Piraí do Norte, a pertencer a Piraí do Norte.

Entramos, meu caro Álvaro Gomes, com um projeto de lei nº 20.737

modificando, alterando a lei que estabeleceu os limites, para que tivesse essa condição de o povoado de Tararanga pertencer a Piraí do Norte, representando o desejo daquela população, representando o que é de justiça.

Além disso, minha cara presidente, apesar de o deputado Álvaro Gomes, no que diz respeito a esse projeto, estar envolvido emocionalmente, não está com aquela característica do equilíbrio, da imparcialidade, do bom senso, leva em consideração que não tem sentido a mudança pelo problema econômico. O problema econômico é existente, e tem também que se levar em consideração o município de Piraí do Norte que perde de sua receita principal no índice de 2%, se continuar o povoado de Tararanga a pertencer ao município de Gandu.

Por isso, Sr^a Presidente, Srs. Deputados e Deputadas e deputado Álvaro Gomes, o projeto, de acordo com o Regimento Interno, de nossa autoria, já entrou no processo de votação e evidentemente não há como deixar de colocá-lo em votação. É obvio que a Casa vai decidir. O Plenário, os seus 63 deputados estaduais, vai decidir, vai analisar a matéria, o conteúdo do projeto e vai tomar, então, a decisão. Mas não se pode ferir o Regimento Interno desta Casa de Leis e buscar tirar da Ordem do Dia, da votação, esse projeto que está em conformidade com o Regimento Interno da Casa. Ele deve ir à votação. Para isso, evidentemente, reforçando, para que esse projeto entre em pauta, nós já pegamos mais de 21 assinaturas dos Srs. Deputados pedindo a realização de uma sessão extraordinária com o fim específico, exclusivo de votar esse projeto de nossa autoria, o projeto 20.737.

Então, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, peço a V.Ex^a uma reflexão para que os senhores não se posicionem, quando o projeto entrar em pauta, levados pela emoção, levados pelo sentimento, senão aquele justo e correto que é o sentimento do que quer, o que deseja o povo do povoado de Tararanga que deseja, sim, que esse povoado venha fazer parte do município de Piraí do Norte.

Agradeço, Sr^a Presidente, a atenção.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Usarei todo o tempo, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, meu caro deputado Zé Neto, eu iria deixar este assunto para a amanhã, que é o dia da votação da LOB, mas V.Ex^a,

de uma maneira que acho importante neste momento, traz à baila a LOB da PM. Sem dúvida alguma, não posso negar, houve vários avanços nela. É óbvio que vamos procurar, até o último momento. E V.Ex^a deu uma demonstração que quer também dialogar até o último momento dois projetos importantíssimos. Mas chegaram às minhas mãos agora, encaminhado pelo vereador e deputado eleito Prisco, um acordo, deputado Zé Neto, assinado no dia 15/04/2014, da época da greve. Segundo ele foi feito um acordo que diz o seguinte – são três itens do acordo para a paralisação daquela greve. O terceiro item diz o seguinte – tem um grifo aqui que atrapalha um pouco. Projetos administrativos relacionados à mobilização 2012. Compromisso: regulamentar o art. 92 nas bases a serem negociadas com o governo do Estado, associações de PMs, abrir as negociações do dia 16/04/2014. Segundo: e está assinado, meu prezado deputado Zé Neto, pelo Secretário de Segurança Pública e o comandante da Polícia Militar, representando na época o governador. Vou até deixar em mãos de V. Ex^a. Foi um acordo firmado em 16/04/2014. Seria a regulamentação do art.92, que é o que a ASPRA não está concordando. Então, vou deixar com V. Ex^a esse documento que, efetivamente, está aqui assinado pelos dois, eu não participei da reunião.

O Sr. Zé neto:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Pois não, lógico.

O Sr. Zé Neto:- Primeiro, que tudo isso seria muito valioso se tivesse sido apresentado durante os dois meses que a ASPRA participou dos debates nesta Casa Legislativa, sentada inclusive na Mesa da nossa liderança. V. Ex^a todo o tempo foi informado, inclusive. Quando o convidei, V. Ex^a disse o quê? As associações estão lá discutindo com vocês, e o que elas definirem...

Nada disso foi apresentado. Pelo contrário, a ASPRA propôs, e algumas manifestações foram atendidas. A ASPRA é importante nesse processo de discussão e de diálogo. E é neste mesmo documento que consta o pedido de retirada de pauta do Estatuto e do Código de Ética. Esta parte deveria estar aí, muito bem clara. Inclusive, nesta parte, colocava que voltasse imediatamente para o debate. Só que, o que veio aqui para Casa, em função desse pedido de retirada, foi o que estava mais próximo de uma contextualização, que eram as duas LOBs. Até porque, V. Ex^a há de convir, até tecnicamente para V. Ex^a se localizar um pouco...

O Sr. GABAN:- V. Ex^a tem ciência desse documento.

O Sr. Zé Neto:- Tenho, e vale lembrar – se é o que estou pensando –, não vi na íntegra, V. Ex^a leu daí; mas se foi o que colocou de imediato, estou me lembrando mais ou menos o que seja, porque estou acompanhando isso de perto.

Então, o que acontece?

Não, o art. 92, não, isso aqui foi um documento. Isso aqui não foi documento nenhum de sinalização da greve. Isso aqui é uma proposta deles, que não foi para a Mesa, e não passou em nenhum momento nada sobre o art. 92.

O Sr. GABAN:- Mas por que está assinado pelo secretário de Segurança

Pública?

O Sr. Zé Neto:- Nada sobre art.92 dentro das nossas discussões, em nenhum momento passou...

O Sr. GABAN:- Nas discussões. Mas para acabar a greve está assinado pelo comandante-geral e pelo secretário de Segurança Pública, no dia 15 de maio de 2014.

O Sr. Zé Neto:- Sobre o art. 92 em nenhuma negociação. E aqui V. Ex^a pode ver...

O Sr. GABAN:- Está vendo, fala da regulamentação do art. 92. É exatamente o que trata da periculosidade, bem como do vale-transporte.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a, esse debate em nenhum momento participou, em nenhum instante – estou dizendo a V. Ex^a mais uma vez – em nenhum instante. Esse mesmo documento aqui tem a retirada do Estatuto e do Código de Ética. Em nenhum momento foi trazido para mim, para esta Casa, para se discutir, porque não está na pauta. A pauta que temos nesta Casa é a de discussão das duas LOBs porque, especialmente, além de termos a necessidade de discutir essas duas LOBs, com a independência dos bombeiros é claro. Porque os bombeiros precisam dar um passo muito decisivo, e esse passo decisivo vai precisar da LOB. Senão teríamos, evidentemente, uma situação anômala.

O que estou dizendo é que este documento aqui, nem essa discussão, nem o art.92 – vou reafirmar, em nenhum instante – passou na Mesa da Liderança, e nem foi pauta para esta Casa discutir.

Temos daqui para frente compromisso para discutir duas situações: a do Código de Ética e do Estatuto. Então, V. Ex^a pode ter certeza que em relação a isso nós vamos cumprir.

O Sr. GABAN:- Gostaria, deputado Zé Neto, só concluir esse assunto, que V. Ex^a procurasse conversar com a ASPRA de hoje para amanhã. V.Ex^a já falou publicamente estar aberto à negociação. Não existe nenhuma porta fechada. Então, isso a gente resolve! É um projeto importante para a Polícia Militar, estamos numa situação da Segurança Pública difícilíssima no Estado da Bahia. Já mandei fazer o levantamento dos homicídios que ocorreram nesse último fim de semana, que foi uma coisa alarmante. Parece-me que em torno de 30 e poucos homicídios só no último fim de semana. Então, precisamos dar tranquilidade a nós mesmos, não é nem só a população, mas a nós mesmos, cidadãos, sejam deputados ou o que for.

O Sr. Zé Neto:- Um aparte, deputado.

O Sr. GABAN:- Pois não.

O Sr. Zé Neto:- "Discussão da proposta do Código de Ética e rediscussão das propostas de Estatuto e Plano de Carreira , os quais devem ser encaminhados com urgência..."

O Sr. GABAN:- Mas o que eu falei é só a regulamentação. Eles só tratam naquele... no terceiro...

O Sr. Zé Neto:- Então, V.Ex^a está vendo... Em cima, pede a retirada, foi o que

fizemos.

O Sr. GABAN:- Mas tente conversar com ele para ver se amanhã chegaremos a um acordo.

O Sr. Zé Neto:- Agora, se vai discutir, estou dizendo que sentei com as associações na semana passada e o nosso compromisso é o seguinte: votadas as duas LOBs...

O Sr. GABAN:- Deputado Zé Neto, vamos ter tempo para voltar a esse assunto até fora da tribuna, porque quero trazer outro assunto e gostaria de que também prestasse atenção.

Na semana passada, denunciei aqui um contrato feito pela Secopa. Acabou a Copa do Mundo, mas essa secretaria, que deveria estar extinta, contratou um evento pagando mais de R\$ 2 milhões. Desafiei aqui da tribuna para que me apresentasse alguém que conhecesse aquele evento e ninguém mostrou o que era. São R\$ 2 milhões jogados na lata de lixo através da Secopa! E isso quando o governador editou um decreto proibindo até o direito do servidor de tirar férias. Está proibido por economia, está tudo parado no Estado, e eles fizeram isso.

E mais: o governo do governador Wagner não tem limite, não há controle, não estão respeitando – me desculpem a sinceridade – nem o decreto do governador, muito menos o governador, porque se formos ver aqui agora:

(Lê) *“Superintendência de Construções Administrativas – Sucab. Extrato de Dispensa de Licitação Emergencial nº 40/2014, Processo: 2.014/0747. Favorecido: IHS Engenharia LTDA. Objeto: Assessoramento Técnico e Consultoria de Projetos e Serviços de Engenharia no Estado da Bahia. Valor Global: 3.358.102,18 (três milhões trezentos e cinquenta e oito mil cento e dois reais e dezoito centavos)”*. Publicado no *Diário Oficial* do dia 13 de novembro.

Sabe pra quê? (Lê) *“Assessoramento Técnico e Consultoria de Projetos e Serviços de Engenharia no Estado da Bahia”*. Meu Deus do céu! O decreto proíbe isso. Mas quem vale é o governador ou uma superintendência? Cadê o secretário-chefe? Não tem mais chefe? “É terra de migué, cada um faz o que quer?”

Tive mais um cuidado, deputado Zé Neto, depois de ver esse absurdo aqui, desrespeitando um decreto do governador. Fim de mandato, um contrato de R\$ 3 milhões e 358 mil?. Fui ver o que é essa empresa, se já vinha prestando serviço para a Bahia e para o governo Wagner. Ela teve, em 2014, R\$ 213.820,17, durante todo o ano; em 2013, R\$ 292.591,00. Basicamente, 200 e poucos mil reais para um ano inteiro.

Mas, no fim de governo, desrespeitando um decreto do governador: consultoria, assessoramento técnico e consultoria de projeto e serviço de engenharia?! Se o governador disse que está proibido qualquer novo contrato, que está proibida até a assinatura de uma revista, proibida diária para servidor viajar no desempenho de suas funções, parou o Estado durante 3 meses para tentar arrumar a contas, e o que é isto aqui? É um desrespeito, Zé Neto, o que estão fazendo com o dinheiro público no

Estado da Bahia.

O mínimo que o governador tem de fazer é demitir o superintendente e o secretário, senão ele perde mais uma vez a autoridade, já perdida na semana passada quando permitiu – e não vi nada, nenhuma punição – que a Secopa gastasse mais de R\$ 2 milhões para patrocinar um evento que ninguém conhecia e ia ser realizado aqui no Estado da Bahia.

É essa a denúncia. Espero que esse contrato da IHS Engenharia Ltda., no valor de R\$ 3.358.102,18, que vem, no final do governo Wagner, desrespeitando um decreto dele, seja cancelado imediatamente e aplicadas as sanções para as quais não vejo outra alternativa: demissão do superintendente e demissão do secretário. Senão, quem perde autoridade, infelizmente, é o governador Jaques Wagner.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Com a palavra o nobre líder do governo e da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro: - Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O Sr. Zé Neto: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto: - Eu queria, primeiro, chamar a atenção do nobre presidente que fizemos um acordo com a Oposição para, durante 15 dias, retirar de pauta o projeto que trata de regulamentação dos despachantes do Detran.

Deputado Gaban, podíamos dar sequência na mesma pauta da ordinária para o empréstimo de 250 milhões, sem precisar derrubar a sessão. Quero chamar os deputados para darem presença.

O Sr. Gaban:- Só para esclarecer, Sr. Presidente, acredito que o deputado Zé Neto já tenha encaminhado a retirada de pauta do projeto do Detran, porque eu já havia conversado com ele sobre a inconstitucionalidade do projeto, inclusive pedi vista, e ele me disse que retiraria de pauta para discutirmos mais a fundo esse projeto, que não passou pelas Comissões Temáticas, até encontramos uma solução para votarmos em outra oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Em discussão única e votação o projeto de lei nº 20.931/2014, de procedência do Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 20.931/2014

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, junto à Caixa Econômica Federal, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito no montante de até R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), observadas as condições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas da Caixa Econômica Federal e as condições específicas.

Parágrafo único - Os recursos oriundos da operação de crédito autorizada nesta Lei serão obrigatoriamente aplicados na execução das obras do Projeto Metrô de Salvador - Linha 1 - Tramo 3 - Pirajá-Águas Claras-Cajazeiras, integrante do Programa Pró-Transporte - PAC - Pacto da Mobilidade.

Art. 2º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para a operação de crédito, dotação suficiente à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Estado, ficando autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes das cotas de repartição constitucional das Receitas Tributárias de que o Estado é titular na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, ou outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Em votação o parecer do relator no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões o parecer do nobre relator ao projeto de lei nº 20.931/2014, do Poder Executivo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No âmbito do Plenário. Em discussão única e votação o projeto de lei nº 20.931/2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito e débito na forma que indica e dá outras providências.

Para discutir, o deputado Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputados, deputado Marcelo Nilo, meu caro presidente, já o fiz hoje, mas é bom em presença de V. Ex^a e a do Líder do governo, deputado Zé Neto, pois nós, em condições normais, já tínhamos até dito anteriormente que não teria como votarmos contra um projeto que vai melhorar a mobilidade urbana do nosso município Salvador, tão carente de obras estruturantes, prometidas, que deveriam ter sido realizadas antes da Copa do Mundo, mas não foi, como a obra do aeroporto que não foi cumprida... Aliás, todas as obras do PAC e notadamente as obras previstas para Copa do Mundo ficaram na balela, só os preços que não. Cansamos de denunciar os preços superfaturados desde a reconstrução da Fonte Nova e em todas as outras obras.

E agora surge um fato extremamente novo: diretores, vice-presidente de uma empresa, presidente de uma outra empresa, todos agora denunciados, delatados. A imprensa tem noticiado diariamente, diuturnamente. E, para diminuir as penalidades eles têm dito como tem sido feito o esquema de trabalhar para o governo do PT, especificamente nesse caso que está sendo feito o esquema de trabalhar para o governo do PT. Especificamente, nesse caso que está sendo investigado, não pela presidente Dilma, como ela diz na imprensa, – mas por iniciativa de um juiz federal no Paraná, que teve também a colaboração, extremamente importante, da Polícia Federal no mesmo estado.

Então, a investigação, que seria naquele estado, acabou descobrindo esse desvio de dinheiro astronômico que o mensalão... Aliás todos do mensalão já estão livres, satisfeitos, em casa, com dinheiro no bolso. Ficaram alguns meses na cadeia, já estão soltos. Mas eram migalhas, comparando ao que estamos falando. Porque agora até um assessor recebeu R\$ 520 milhões, aproximadamente. E devolveu. Nunca vi um assessor devolver uma fortuna dessas, meio bilhão de reais. Ele devolveu, cara bonzinho, danado. Imaginem os que estão acima dele quanto têm, quanto poderiam devolver?

Fui pesquisar quais são as empresas que vão executar esse serviço da segunda

etapa do metrô. São as empresas que estão sendo denunciadas, que têm diretores presos, deputado Zé Neto. É um questionamento que tem de se fazer.

V.Ex^a, que é o Líder do governo, deveria – se é que defende essas empresas – fazer um juramento público aqui, de que elas não têm nenhuma culpa, de que esse valor que vai ser repassado para as empresas não foi negociado para que outras abrissem mão, de que não há propina envolvida. E se houver comprovação de que houve propina envolvida, V.Ex^a renuncie ao mandato. É muito simples. Isso vai nos deixar à vontade para votar esse projeto de mobilidade urbana.

Agora, não vejo como, meu caro presidente Marcelo Nilo e caro Líder Zé Neto, colocarmos mais R\$ 800 milhões na mão de empresas de um consórcio que tem os seus diretores presos antes que se conclua a investigação. Porque o vice-presidente da Gutierrez disse: “Eu paguei propina. Era a maneira de trabalhar para o governo do PT na Petrobras”.

Não sou eu quem está dizendo. A empresa está divulgando para todo mundo ver. Se um assessor está devolvendo mais de R\$ 500 milhões, pelo amor de Deus! Um assessor. É muito dinheiro envolvido.

Se formos ver, todas as empresas investigadas na operação Lava-jato foram e continuam trabalhando para o governo Jaques Wagner. Não tem como, gente! Tem que apurar, deputado Zé Neto. Porque não sou eu quem está dizendo. Estou querendo preservar o dinheiro público, um dinheiro que vem dos impostos que todos nós pagamos. Estamos querendo evitar que essa operação Lava-jato venha para a Bahia. Porque se todas as empresas que estão trabalhando no governo da Bahia ... Hoje é de R\$ de 6,6 bilhões o montante que está sendo pago pelo governo da Bahia em contratos assinados com essas empresas. Há denúncias em Brasília, no Paraná, especificamente, de que uma parte era para as empresas que “perdessem” as licitações combinadas, outra parte ia para os intermediários, que distribuíam entre os partidos, ou ao partido que indicou aquela diretoria. Os preços todos eram superfaturados, pagos pelo valor máximo, para que pudessem beneficiar as empresas que perdessem ou deixassem de concorrer.

Como de sã consciência podemos colocar mais R\$ 800 milhões em empresas que estão sendo investigadas? Nada contra o metrô. Não estou fazendo prejulgamento contra nenhuma empresa, mas isso tem de ser investigado! É preciso, no mínimo, deputado Zé Neto, antes de aprovarmos esse recurso, que seja feita uma auditoria pelo próprio governo. É para preservar não só o atual governador, para não vir um processo contra ele no futuro, como acredito que vá pegar em Dilma. E tem de pegar, também em Lula; que não pegue no governador Wagner, para ele se preservar. Porque depois que ele deixar o mandato vai perder também o foro privilegiado. Ele vai responder na justiça comum. Aí, a coisa é diferente. Ele não vai ter uma estrutura da Procuradoria Jurídica do Estado para defendê-lo. Ele vai ter que se defender com recurso próprio, na justiça comum, na vala que todos nós – quando não temos mandato – vamos, que é a mesma que a população responde.

Então, estou dando aqui mais uma dica, uma sugestão – se é que pode se

chamar assim – para que primeiro se investigue. Analisar esses preços das empresas que vão receber 800 milhões, e aprová-lo. Se ficar provado que os valores estão dentro de um patamar razoável de mercado, que dê. Não pode crucificar também. Não sou desses. Vai crucificar empresa porque fez acordo na Petrobras. Vai ter que ter feito no Brasil inteiro, não sei?. Não sou eu quem vai julgar. É a Polícia Federal, é o Ministério Público, é quem tem os dados.

Por isso estou entregando hoje, Sr. Presidente – já fiz o pronunciamento, já li o ofício –, para que seja convocado aqui o Secretário Sérgio Gabrielli a fim de nos dar explicações. Ao mesmo tempo em que peço que a documentação da Petrobras seja encaminhada a esta Casa a fim de que nós analisemos. Para que também seja a documentação do Tribunal de Contas da União – que eles incriminaram Sérgio Gabrielli – seja encaminhado para apurarmos. O que precisa é isso.

Agora, é no mínimo irresponsabilidade de quem aprovar esse empréstimo, sem que, no mínimo, observar se os preços são razoáveis. Se os preços estiveram razoáveis, estiverem dentro da faixa de mercado, não estiverem embutidos os preços das empresas que não participaram, que não têm aí para partidos que indicaram, ou coisa parecida, como tem sido denunciado. Porque parece que virou praxe do governo do PT essa divisão do dinheiro público. Assumo compromisso, em nome da Oposição, de votarmos, por dispensa de formalidade, em qualquer dia.

Não vamos ser contra uma coisa que é boa para Salvador. Mas não podemos ser favoráveis a colocar mais dinheiro do que já tem.

Já li hoje. Só nesse período do governo Wagner, são 16,2 bilhões de reais que essas empresas geriram. Atualmente, tem 6,6 bilhões de reais que elas estão administrando. E elas estão sendo investigadas? Se tem divisão de dinheiro, nós não podemos colocar mais 800 milhões, porque se os preços não tiverem corretos, meu caro deputado Zé Neto, não podemos, em sã consciência.

Então peço que V.Ex^a faça a consulta necessária. Nós não podemos, num projeto de mobilidade urbana, que a gente tenha uma ansiedade muito grande de vê-lo resolvido. Ninguém aguenta mais esse tráfego intenso que tem em Salvador. Só com obras de mobilidade urbana que vamos resolver esse problema.

Mas temos que ter a responsabilidade. Não é a qualquer custo que temos para resolver o problema da mobilidade. Tem haver critérios técnicos. Porque se tiver uma divisão aqui dos 800 milhões, talvez 400 ou 500 sejam suficientes. Vamos utilizar isso aí para outras coisas. Pode até, por exemplo, o prefeito de Salvador ter, como tem o governo do Estado da Bahia, o poder de endividamento. Os dois têm.

Por que a Caixa Econômica negou o pedido para o BRT da prefeitura de Salvador, de 150 milhões? E vai dar 800 para o Estado, para empresas que dividem o bolo entre propina e empresas que deixam de participar, conforme têm dito na imprensa nacional essas empresas que trabalham para o governo do Estado da Bahia.

Esta é a pergunta que tem que ser feita, deputado João Bacelar, independente de partido, meu caro Fabrício. Não estou discutindo partido, não fui nem candidato a reeleição. Já via que a eleição seria caríssima, como foi. V.Ex^{as} sobreviveram, não sei

de que maneira. São heróis. Porque a gente via que dinheiro tinha demais, em campanha. Todo mundo via, todo mundo falava em cifras. Não sou doido de botar um patrimônio, para dizer que sou deputado. Desisti. Não porque queria. Gosto do parlamento. Faço aqui com prazer. Estudo as coisas porque gosto de estudar. Cumpri com a minha obrigação. Mas, não ia gastar 3 milhões e meio, e ganhar um milhão e sessenta. A conta não bate. Mas, aí, está muito claro. Adesões não faltaram, não. Também ofertas de empregos não faltaram em nenhum momento, mas não iria me prostituir com 63 anos de idade. Mas aí a coisa começa a ficar muito clara. Todos que participaram da campanha indistintamente dizem, no Brasil, e na Bahia especificamente, foi a campanha mais cara da história. De onde vem o dinheiro? Dinheiro público, é óbvio. Ninguém em sã consciência vai colocar dinheiro, vender patrimônio para dizer que é deputado, meus caros Marquinhos e José de Arimatéia.

Aqueles que têm a felicidade de ter uma base sólida, mesmo assim tiveram dificuldade. Ouço agora de colegas deputados de todos os partidos que estão endividados. Há alguns em gabinetes pedindo dinheiro ainda, mesmo com a campanha acabada. São compromissos que colegas nossos não conseguem pagar. São impagáveis, é óbvio que são.

O que temos que ter, acima de nossas discussões político-partidárias, não é mais época de eleição, agora temos que administrar e saber que a população da Bahia reconheceu o Poder Legislativo do nosso Estado. A renovação foi muito menor que cada um de nós imaginava. Foi um crédito de confiança que a população da Bahia deu aos atuais deputados estaduais que se candidataram. Temos os deputados João Carlos Bacelar, Paulo Azi, Cacá Leão e Mário Negromonte Filho que foram guinados a deputado federal. Não só a renovação foi pequena, mas muitos galgaram a Câmara Federal.

Então temos a obrigação, meus caros Fabrício, Aderbal e demais colegas parlamentares, independentemente de partido, vamos dar a resposta à sociedade. Torço para que esse metrô saia o mais rápido possível. Mas as empresas que estão trabalhando aqui estão dizendo lá no Paraná que dividiram o bolo, uma parte ficava com as empresas que não participavam, outra é para propina de diretores, outra propina de partido. Vamos dar 800 milhões sem ao menos verificar se a obra da segunda fase do metrô está em preço compatível com o mercado. É uma irresponsabilidade que não vou participar. Não participo dessa irresponsabilidade.

Repito, não é votar contra ou a favor do governo. O que está em jogo agora é votarmos a favor ou contra a moralidade do nosso país. Temos que dar um basta nisso. Semana passada foi o Secopa; esta semana já é outra empresa do Estado. Fazem uma licitação desrespeitando o decreto do governador, fim de governo, e colocam 3 milhões e tanto. Temos que dar um basta em tudo. Pelo menos por parte do Legislativo o basta começa hoje para que V.Ex^{as} e eu possamos dormir com a cabeça tranquila do dever cumprido. O governo tem os instrumentos necessários para fazer imediatamente uma auditoria nos preços. Saber se os preços que serão pagos às empresas que estão dizendo lá no Paraná que distribuem propina e negociam o preço

antecipadamente, se esse preço foi negociado antes, se está superfaturado. Aí, sim, se estiver que se faça outra licitação e vamos usar bem o dinheiro público.

É nesse sentido que digo ao Líder do governo, porque a pressa é inimiga da perfeição, e não é uma semana a mais ou a menos que atrasará esse empréstimo. O que está em jogo aqui é a credibilidade de um governador que está encerrando o seu mandato. Se esse preço for superfaturado, vamos continuar investigando. Se for superfaturado, entraremos com uma denúncia criminal contra o governador. Até porque estamos alertando antes, e o mandato do governador Jaques Wagner termina no final do ano. Ele não veio querendo encerrar o mandato aprovando ou ratificando uma decisão errada do plenário desta Casa. A Maioria não é só para votar, a Maioria também é para alertar, para ver o que está certo e o que está errado. O que deve o governo fazer é como V.Ex^a fez hoje, deputado Zé Neto, quando coloquei uma matéria no jornal *A Tarde* de hoje dizendo que o projeto do Detran era inconstitucional. De uma maneira extremamente gentil - como tem que ser o Parlamento - V. Ex^a disse: "Gaban, é inconstitucional? Vamos parar, vou retirar esse projeto de tramitação, vamos discuti-lo para ver se conseguimos chegar numa redação que acabe com a inconstitucionalidade." Isso é o Parlamento.

E é por isso que, concluindo o meu pronunciamento, espero que o bom senso prevaleça e que V. Ex^a retire da pauta de votação. Porque não restará nenhuma alternativa para a Oposição e para mim pessoalmente a não ser, se ele for aprovado, fazer uma denúncia no Ministério Público Federal do Paraná que está investigando desvio de dinheiro, divisão de propina, encaminhando a relação de todas as empresas que têm contrato com o Estado da Bahia, que são as mesmas cujos diretores estão presos. E, agora, se coloca R\$800 milhões nas mãos de um consórcio que está sendo investigado, denunciado, para que continue a corrupção, se for o caso. Então, o que eu peço é investigação. Ver o preço, se ele estiver compatível com o valor de mercado, aí, sim, aprovamos com dispensa de formalidades, a qualquer dia, qualquer hora. Porque não podemos prejudicar esse importante trecho novo do metrô para melhorar a mobilidade urbana. Mas não podemos, a qualquer custo, jogar dinheiro fora e dar para partido, para intermediário, para empreiteiras, que conseguem fazer um clube. Esse clube tem que ser colocado na cadeia como todos os envolvidos, sejam parlamentares, executivos, o que for. Porque a presidente Dilma disse que ia mover pedra e acabar com a corrupção. Tem que começar aqui, tem uma aqui de R\$800 milhões. Como é que ela vai querer mover pedra contra pedra de empresas que vão fazer o serviço e seus diretores estão sendo presos.

É o meu comentário. Espero que prevaleça o bom senso e esse projeto de empréstimo de R\$800 milhões seja retirado até com uma comissão do governo do Estado da Bahia, seja comandada pela Procuradoria, seja quem for, que analisem os preços, se estiverem compatíveis, aí, sim, podemos votar. Enquanto isso, esse empréstimo está sob suspeita e não podemos aprová-lo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo, deputado João Carlos Bacelar.

Antes, porém, há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados (lê) *"Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o Inciso II, do Artigo 92 do Regimento Interno, requerem a Convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 20.737/2014, de autoria do deputado Euclides Fernandes, que atualiza na forma da Lei nº 12.057/2011, os limites entre os Municípios de Gandu e Pirai do Norte."*

Defiro o requerimento.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado João Carlos pediu primeiro.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Cedo para o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Álvaro.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, queria que V.Ex^a me fizesse um esclarecimento. Estamos numa sessão ordinária, há uma convocação, salvo engano, logo após o término desta sessão ordinária de uma convocação extraordinária e uma outra convocação para discutir a questão do empréstimo. Então, o esclarecimento que gostaria de saber de V.Ex^a é se a sessão extraordinária que foi solicitada pelo deputado Euclides, no meu entendimento teria que ser após a sessão extraordinária que já tinha sido convocada anteriormente, antes do ofício do deputado Euclides.

Portanto, nós estamos numa sessão ordinária. Após esta sessão ordinária, teremos uma sessão extraordinária para discutir a questão do empréstimo e, no meu entendimento, queria que V.Ex^a esclarecesse, só após...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Álvaro, entendi a pergunta de V. Ex^a. Primeiro, fui informado que os dois líderes, da Oposição e do governo, fizeram um acordo para retirar o projeto de Lei nº 20.933/2014, dos despachantes.

Então, se houve o acordo, a presidência defere o acordo para retirar esse projeto. Concordam? Consequentemente, a sessão extraordinária que foi convocada 1 minuto após o encerramento desta, torna-se desnecessária, ela perde o objeto. Os deputados Zé Neto e Gaban fizeram um acordo para retirar o projeto do Poder Executivo, o dos despachantes, conhecido popularmente. Consequentemente, a sessão extraordinária que seria iniciada 1 minuto após o encerramento desta perde o objeto, então ela não existe mais.

Então, defiro a não realização da sessão extraordinária que estava sendo convocada, vez que perde o objeto. Não vou convocar uma sessão extraordinária sem sentido. Então, ela não existiria mais, exceto se os deputados Gaban e Zé Neto desfizerem o acordo. Mas já que foi feito o acordo, consequentemente não tem por que ter uma segunda discussão do projeto.

O deputado Euclides Fernandes, com a assinatura de mais de 21 Srs.

Deputados, convocou. Então, essa passa a ser a convocação posterior a essa. Se os deputados não confirmarem, estou confirmando de público aqui o que foi feito no particular, os dois fizeram acordo, o Secretário-Geral da Mesa me comunicou e a presidência defere o acordo dos dois. Consequentemente, a convocação extraordinária, que seria realizada 1 minuto após o encerramento desta, torna-se desnecessária, perdeu o objeto, consequentemente, defiro o requerimento assinado por mais de 20 Srs. Deputados.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, sobre esse assunto, inclusive sou um dos signatários. O deputado Euclides Fernandes me pediu para que eu assinasse. Eu disse que não ia assinar pois estava por fora desse assunto de divisão de municípios. Ele falou que já tinha acordo e tal. Perguntei se não havia discrepância e ele disse que não. Ele me disse que eu conversasse com o deputado Elmar. Ele, na minha frente, falou com o deputado Elmar que não havia nenhuma discrepância e nenhuma desavença com relação a esse assunto, o deputado Elmar assinou e eu também assinei.

Mas agora está surgindo um fato novo. Nada contra o deputado. Deputado Euclides, tenho o maior respeito e consideração por V.Ex^a e V.Ex^a sabe disse, é um dos deputados mais atuantes aqui na Casa. Mas há uma tradição aqui para dispensarmos formalidades ou votarmos um projeto sobretudo de divisão de município que interessa na maioria das vezes a deputados que fazem políticas contrárias aos municípios, nós não temos aprovado. Na hora em que V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, levanta esse assunto, eu mesmo não me sinto à vontade, sinceramente, nada contra, repito, ao deputado Euclides Fernandes, que é um dos deputados que tenho inclusive amizade pessoal aqui dentro, respeito, gosto dele, respeito o seu posicionamento. Mas se não há consenso, acho que a Casa vai quebrar uma tradição porque o consenso dispensa as formalidades. Não há consenso, não tem unidade de pensamento na divisão de municípios, não vejo razão para votarmos.

Sugiro, retiro minha assinatura, sugiro que V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, sente com o deputado e tente ver se há algum acordo, porque se não for dispensa de formalidade não podemos votar.

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, antes de conceder a questão de ordem a V.Ex^a, deputado Gaban, ao presidente da Assembleia compete cumprir o Regimento. Todos sabem que o deputado Euclides Fernandes é meu líder como parlamentar do PDT, o deputado Álvaro Gomes, essa figura maravilhosa que todos nós conhecemos, projeto de divisão territorial sempre foi feito por acordo. Mas houve assinaturas dos deputados Zé Neto e Elmar Nascimento e fui obrigado a colocar em votação. Quando estava na tramitação do projeto não houve quórum na comissão de Divisão Territorial, consequentemente foi suspensa. O relator votou, deu o parecer, teve quórum na Comissão de Justiça, que para mim é assunto encerrado porque já

passou, e na Comissão de Divisão Territorial não houve quórum.

O deputado Euclides Fernandes, inclusive fiz um apelo aos dois para que cheguem a um acordo, mas infelizmente eles tentaram por diversas vezes e não conseguiram. O deputado Álvaro Gomes é um deputado que merece todo o meu apreço, todo o meu respeito.

Sempre tive a maior consideração pelo PCdoB, e o PDT, meu partido, dispensa comentários.

Como presidente, não tenho como não colocar em votação, porque é regimental. O deputado Zé Neto pensou em retirar a assinatura, mas o projeto já estava em tramitação. Eu não posso abrir esse precedente. Se o projeto está em tramitação, não pode ser retirada a dispensa de formalidades, porque elas já foram dispensadas.

Então não tenho alternativa, a não ser fazer a convocação. O prefeito de Pirai do Norte já esteve comigo diversas vezes. O prefeito de Gandu também já esteve comigo, mas compete ao presidente apenas cumprir o Regimento.

Já fiz apelo, já fiz tudo para chegarem a um acordo. Aliás, quero informar a esta Assembleia, para que fique registrado nos seus Anais, que doravante só farei o deferimento de projeto de divisão territorial se houver acordo na Casa. Porque, na realidade, os Líderes pedem, e o presidente defere ou não. Senão, não seria pedido. Seria ordem, exceto se for um projeto que tramite durante quatro, cinco meses, e não se chegue a um acordo. Dessa forma, tem que ser através de votação.

Este é o projeto que eles vêm tentando um acordo há 6 meses, 1 ano, 2 anos. E chegou a tal ponto, que o presidente da Assembleia não pode deixar de cumprir o que determina o Regimento. Errado ou certo, não compete ao presidente. Mas sou obrigado a convocar a sessão extraordinária.

Esta é a informação que passo para a Casa.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Requeiro de V.Ex^a que anule a dispensa de formalidades. O deputado Gaban falou que não se deve votar projetos em que não haja consenso. Não houve consenso neste caso aí.

O Líder do governo falou aqui publicamente que só assinou a dispensa de formalidades porque lhe informaram que havia consenso, pois, se lhe informassem que havia divergência, ele não assinaria.

Acontece que o prefeito de Gandu é radicalmente contra, a Câmara de Vereadores de Gandu é radicalmente contra - isso foi expresso em reuniões em vários momentos - e a população de Gandu é radicalmente contra.

Ora, se essa dispensa de formalidades foi assinada sob a condição de consenso, e ficou provado nesta Casa que não é consenso, requeiro a anulação da dispensa de formalidades.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não posso retirar, porque é matéria vencida, deputado. A dispensa de formalidades já é coisa do passado. O projeto inclusive já foi votado na Comissão de Constituição e Justiça. Não tenho como. Seria um precedente gravíssimo, porque está em votação. Não tem como.

V.Ex^a sabe que tentei retirar, mas o deputado Euclides Fernandes citou artigos do Regimento, e sou obrigado a colocar em votação. Não posso e não abrirei nem abriria esse precedente, exceto se os Líderes e todos os 63 parlamentares concordassem ainda na tramitação. Já em votação o projeto, a dispensa de formalidades é assunto do passado.

Com todo o respeito, é normal em qualquer Parlamento o deputado retirar assinatura. O deputado Gaban está retirando. Se houvesse 21 assinaturas, eu não o faria, mas há mais de 30. Consequentemente, sou obrigado.

Tem coisas na política, na área administrativa da Casa, que o presidente faz por obrigação. Doravante, quando os dois Líderes pedirem dispensa de formalidades para votar projetos de alteração de limites, indeferirei o requerimento, porque quero que seja por acordo.

Salvo engano, é a segunda vez que se votam limites sem ser por acordo nesta Assembleia. A outra vez foi há 15 anos, com a emancipação de Luís Eduardo Magalhães, hoje uma cidade consolidada. E foi na disputa do voto.

Mas eu diria que neste caso, infelizmente, neste caso, sou obrigado a cumprir o Regimento da Casa.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Ia indagar de V.Ex^a se havia esse consenso, esse pacto de que só se poria em votação o projeto quando houvesse consenso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Repita, deputado, porque não o ouvi. O deputado Álvaro Gomes...

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Ia indagar de V.Ex^a se estava em vigor o pacto de que só se poria em votação projeto de divisão territorial, de limites de municípios, se houvesse consenso. Mas V.Ex^a já disse que está, sim, em vigor. Então, será uma exceção, se não tivermos votado. V.Ex^a está afirmando que não votará mais projetos que não haja consenso. E esse projeto não está havendo consenso.

O deputado Álvaro Gomes, tanto quanto eu, que representamos o município de Gandu, não concordamos. Portanto, não há consenso. Gostaria que V.Ex^a mantivesse...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, coloquei que a tradição nesta Casa é se votar projeto de divisão territorial por consenso. Exceto se os Líderes do governo e da Oposição assinem um documento. Quando assinaram a dispensa de formalidades, deferi porque também não tinha conhecimento da disputa. Quando

deferi, consequentemente o assunto estava encerrado, começou a votação. Inclusive, já votou na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Álvaro Gomes:- Votou não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Votou. Na Comissão de Constituição e Justiça houve quórum, e votou. Fomos para a Comissão de Divisão Territorial. Quando chegamos à Comissão de Divisão Territorial, não houve quórum. O deputado Euclides a qualquer momento, ou qualquer parlamentar, pode pedir que se coloque em votação na Comissão de Divisão Territorial. É tradição, e é regimental que o projeto que não houve quórum, quando um dos deputados solicitar o quórum, o presidente é obrigado a colocar em votação a verificação do quórum.

Agora, sinto muito por não ter chegado a um acordo. Infelizmente, os Líderes do governo e da Oposição, e mais de 30 Srs. Deputados assinaram a dispensa de formalidades. O presidente da Casa, infelizmente, já estou até sendo repetitivo, não há como não colocar em votação.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero dizer que na sessão passada, inclusive na Comissão de Divisão Territorial, na tentativa de buscar um consenso na reunião de quarta-feira, tiramos o quórum para propiciar que os prefeitos de Gandu e de Piraí do Norte se reunissem na Comissão de Divisão Territorial. Os dois prefeitos estiveram aqui. É verdade que houve uma tentativa imensa de fazer um convencimento que não traria prejuízo à proposta que está sendo apresentada pelo deputado Euclides, que é a proposta que a SEI apresentou no projeto original. Se nós não tomarmos uma decisão aqui, corre o risco de ter um prejuízo imenso para o município de Piraí do Norte.

Quando fizemos a votação do projeto global, uma parte do território de Piraí do Norte foi para Nilo Peçanha. Numa visão de que essa compensação aconteceria a partir da agregação do distrito de Tararanga, pois a comunidade entendia que, por pertencimento, estava sendo administrada por Piraí do Norte. Ou seja, a Comissão de Divisão Territorial fez toda a tentativa.

Quero dizer que com todos os problemas que possam acontecer, não podemos deixar que traga um prejuízo para o município, uma vez que uma parte do projeto foi votado no passado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para concluir. V.Ex^a é um dos artífices desses projetos de divisão territorial, diga-se de passagem, por ter estudado o assunto. As informações que temos é que o município de Gandu não terá prejuízo econômico; o município de Piraí do Norte terá um acréscimo na receita, no fundo de participação; e que Gandu não terá um decréscimo no fundo de participação. Por isso que os deputados optaram pela decisão da votação.

O Sr. Marquinho Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Só quero que seja breve, se possível.

O Sr. Marquinho Viana:- Só um rapidinho. Pertencço a Comissão Territorial. E foi apresentado um abaixo-assinado dos moradores deste distrito querendo pertencer ao município de Piraí do Norte. A escola é paga por Piraí do Norte, o posto de saúde, o sistema de água são pagos por Piraí do Norte, então não é justo deixar uma cidade maior para uma menor, que precisa de dinheiro.

Não conheço Piraí do Norte, nunca fui em Gandu, mas não é justo pois o município de Gandu não vai ter prejuízo nenhum, e o município de Piraí do Norte, pequeno, pobre, precisa de apoio, e nós não podemos negar esse apoio.

Presidente, peço a V.Ex^a que coloque em votação, pois nós estamos ajudando um município pobre, carente e a população do município, e Gandu não perde nada, e as pessoas que moram lá querem que pertença ao município de Piraí do Norte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado João, agradeço se V.Ex^a puder ser breve.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, antes de entrar na minha questão de ordem, quero, inicialmente, lamentar o fato do deputado Marquinhos ainda não conhecer Piraí do Norte. É um grande município, mas a defesa que o deputado Marquinhos fez dos interesses de Piraí do Norte é real. Ele transmite a esta Casa o sentimento do povo de Piraí do Norte. Quem conhece a região sabe que aquela área, culturalmente, economicamente e administrativamente pertence a Piraí do Norte. Devemos procurar um consenso, mas quando não houver esse consenso, o projeto tem de ir para votação; indo para votação hoje, vamos aprovar os novos limites.

Presidente, minha questão de ordem diz respeito à mobilidade urbana do projeto que solicita empréstimo de 800 milhões de reais para o financiamento de mais um trecho do metrô da cidade de Salvador.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, que, aliado à violência, uma das questões que desta cidade é a mobilidade urbana. Vivemos numa capital de quase 3 milhões de habitantes que dependem apenas do modal ônibus rodoviário. Hoje apenas um metrô calça curta, num pequeno trecho, que não tem nenhum significado para a mobilidade urbana da cidade.

Salvador precisa de investimentos em mobilidade urbana. Nós não somos contra, de maneira nenhuma, pelo contrário, achamos que o Estado tem mais é que investir em mobilidade urbana, mas não podemos, Sr. Presidente, concordar que um projeto desse chegue aqui sem uma ampla discussão, sem que o secretário da Fazenda tenha vindo aqui, sem que o presidente da CTS tenha vindo aqui dar esclarecimentos, e que não tenha debate na Casa.

Por isso, a minha questão de ordem é no sentido de que V.Ex^a faça uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Com relação ao assunto anterior, sorte do deputado Euclides Fernandes que o deputado Marquinhos Viana não conhece Piraí do Norte, porque se conhecer, toma todos os votos.

Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, faço a questão de ordem dialogando com o deputado João Carlos Bacelar sobre a importância de darmos continuidade aos debates aqui nesta Casa. Façamos um chamamento a todos os deputados e deputadas que estão no cafezinho, em seus gabinetes, em todos os locais desta Casa para que se façam presentes dentro do tempo regimental, para que possamos dar continuidade a esta sessão, sessão que prevê uma votação importante, a exemplo do empréstimo que ajudará muito, deputado João Carlos Bacelar, a cidade do Salvador, para que possamos garantir um investimento que possa ampliar as estações do metrô.

Por isso, peço para que chame todos os deputados no prazo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, primeiro solicito que todos os deputados compareçam ao Plenário, pois temos uma votação importante, logo em seguida, e precisamos garantir o quórum.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para reafirmar a importância do debate e da discussão, nesta Casa. A prioridade desta Casa, inclusive, é ir pela linha do diálogo. A situação entre Gandu e Piraí do Norte, como várias outras envolvendo os limites entre municípios que foram discutidas nesta Casa, está sendo pautada no consenso e na busca pelos acordos. Nesse caso não conseguimos 100% dos acordos, visto que Gandu ainda apresenta uma ligeira resistência em relação a ceder nessa nova demarcação.

Contudo, quero reiterar, aqui, a importância para Piraí do Norte em garantir essa demarcação. Um estudo feito, um acompanhamento... A vontade já foi expressada pela comunidade em ter um melhor atendimento, em ter um melhor acesso e em ter acessibilidade às políticas implementadas pelo município de Piraí do Norte, coisa que, ao longo do tempo, Gandu deixou a desejar.

Então, por isso acho extremamente importante e me coloco à disposição para garantir a votação do dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há uma solicitação de verificação de quórum de votação na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo... Já foi votado na Comissão! Peço desculpas aos Srs. Deputados pelo equívoco. Quando foi votado na Comissão, quem estava presidindo a sessão era o deputado Aderbal Fulco Caldas. Agora, é no Plenário.

O Sr. Álvaro Gomes:- A verificação de quórum não era na Comissão?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não! Ele pediu verificação de quórum no Plenário.

Solicito que o painel seja zerado e que os 25 minutos sejam marcados. Srs. Deputados, que estão no cafezinho, que estão no Salão Deputado Nestor Duarte ou em outros recintos da Casa, há uma solicitação de verificação de quórum de votação. Não é, deputado João Carlos Bacelar? Foi verificação de quórum de votação?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Exatamente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Solicito que o painel seja zerado e que os 25 minutos sejam marcados.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban. Marque a sua presença, deputado.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, mais uma vez, cumpri com a minha obrigação de deputado. Exercerei e procurarei cumprir com as minhas obrigações de parlamentar, da mesma forma que tenho feito em toda a minha vida, até o último dia do meu mandato.

Eu já alertei, hoje, para o risco desse empréstimo. Não sou contra nenhum projeto que melhore Salvador ou qualquer lugar do Estado da Bahia, mas é temeroso, Sr. Presidente, colocarmos R\$ 800 milhões nas mãos de um consórcio de empresas que estão sendo denunciadas lá em Brasília, lá no Paraná na Operação Lava Jato. Temos um clube de empresas que negociavam preços. Os preços são superfaturados! Uma parte fica com os diretores, outra parte vai para os partidos, outra parte vai para as empresas que deixaram de apresentar propostas, Sr. Presidente. Então, eu acho temeroso.

O que eu pedi, inclusive reitero, para preservar a imagem da atual legislatura, é que o governo retire isso e faça uma auditoria interna nos valores que serão repassados para as empresas. Não tem sentido colocarmos mais R\$ 800 milhões nas mãos de empresas cujos diretores estão presos e estão confessando que faziam distribuição e que os preços eram superfaturados. A pergunta que se faz é: esse contrato de R\$ 800 milhões que esse consórcio ganhou fez parte também do acordo, como tudo o que tem sido feito, segundo denúncias das próprias empresas?

É temeroso para este Plenário dar esse crédito de confiança para quem está sendo investigado. No mínimo, tem de ser... Primeiro o governo tem de colocar a Procuradoria, a equipe de licitações do Estado para recalcular e para ver os preços de mercado. Isso a gente tem na *internet*! O preço de mercado e de tudo está na *internet*, hoje em dia! A investigação deve ser feita, e, se o preço estiver superfaturado, como estão denunciando no Brasil inteiro, o processo licitatório deve ser cancelado.

A pressa é inimiga da perfeição! Estamos lidando com o dinheiro público, estamos lidando com empresas que estão denunciadas, e temos alguns alguns diretores dizendo que existe propina, que existe um clube, que existem preços

negociados e que todos os preços estão sendo superfaturados na atual administração do PT.

Se isso aí for colocado em votação, muito a contra gosto, vou votar contra por essas razões. Espero que a maioria esmagadora, desta Casa, vote com a consciência. Aqueles que tiveram os seus mandatos renovados, devem votar de acordo com o que a opinião pública espera de todos nós parlamentares. Todos aqueles como eu que não concorreram e os outros que, infelizmente, não conseguiram a reeleição, votem contra. Votem para um futuro melhor para o nosso País.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a questão de ordem para o deputado Zé Neto.

Quórum de votação!

(Verificação de quórum.)

Já tem quórum.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encaminhar não pode, porque estamos em votação.

Por acordo, libero os dois.

Por acordo tudo é possível.

O Sr. Zé Neto:- Queria apenas responder ao deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou liberar cinco minutos para o deputado Gaban e cinco minutos para o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Isso!

Deputado Gaban, por acordo V. Ex^a encaminha por cinco minutos.

Já está em processo de votação. Mas por acordo, como são líderes, vou fazer essa deferência a esses dois líderes. O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Agradeço, meu caro presidente, a deferência de V. Ex^a para comigo e para com o Líder do Governo, deputado Zé Neto.

Mais uma vez vou bater na mesma tecla.

Deputado Zé Neto, uma semana não vai adiantar e nem atrasar.

Deputado Zé Neto, veja que sou um dos críticos das coisas erradas do governo. No meu retorno à Assembleia Legislativa, dei várias sugestões que foram acatadas pelo governo. Todas elas no sentido de melhorar a gestão da atual administração.

Estamos falando em colocar R\$ 800 milhões na mão de empresas que estão sendo investigadas, e com diretores presos. Os próprios diretores das empresas, em que eles vão colocar R\$ 800 milhões, estão dizendo que havia um clube que negociava, anteriormente, os preços. Uma parte ficava com as empresas que iriam desistir ou dar cobertura para a licitação; outra para partidos políticos e outra para diretores.

Não estou fazendo pré-julgamento, deputado Zé Neto. Estou apenas recomendando, até para preservar. Não gostaria nunca... O governador Jaques Wagner, no tratamento pessoal comigo, é um *gentleman*. Nunca fiz crítica pessoal a ele. Faço crítica a gestão dele que negociou com os partidos, e perdeu a gestão, porque não tinha como controlar.

Agora, se esse empréstimo for concedido e um centavo for repassado ou contrato assinado com uma dessas empresas investigadas, quem vai estar sob suspeição é o governador do Estado.

O que estou pedindo é que o governo – não somos nós, Poder Legislativo, não – para dá tranquilidade ao governador Jaques Wagner. E dar uma satisfação à sociedade, nesse momento importante da política brasileira, selecione os melhores técnicos da Comissão de Licitação do governo do Estado e da procuradoria jurídica para, de maneira rápida, analisar os preços. Hoje, a internet está aí, para pesquisarmos os preços praticados no Brasil e no mundo. Metrô você tem no mundo inteiro. Faça a pesquisa! Se os preços não estiverem superfaturados, como eles estão denunciando nessa Operação Lava Jato, nós vamos aprovar e preservar o governador. Porque se ele assinar isso, e depois descobrir que a empresa dividiu propina, que fazia acordo, e que os preços são superfaturados vai pegar não é na cabeça, não; é na testa do governador Jaques Wagner.

Sinceramente, não gostaria de vê, deputado Zé Neto, nenhum governador do meu Estado ser condenado e sujeito até a uma prisão. Porque ele perde o foro privilegiado. Depois de 1º de janeiro, ele perde o foro privilegiado. Se houver uma denúncia sobre esse contrato que ele vai assinar, ele vai responder como cidadão comum, numa vara comum. Então, para preservar o dinheiro do Estado da Bahia, a imagem de um governador de nosso Estado, eu peço, sugiro, estou dando uma sugestão apenas, para a Bancada majoritária do governo, que pense um pouco, reflitam. Uma semana não vai atrasar absolutamente nada.

Vejam se os preços estão superfaturados, como está sendo denunciado, que em todo esquema do governo do PT já são combinados os preços, porque são superfaturados. Após análise, aprovem ou não. Porque, se for comprovado que está havendo superfaturamento, como nacionalmente está sendo superfaturado, faz-se outra licitação. Senão, as pessoas envolvidas, os agentes públicos que assinaram esse contrato, mais cedo ou mais tarde, serão condenados.

Vou ter minha consciência tranquila de que, por esse motivo, se o projeto for votado hoje, serei contra, apesar de achar extremamente necessária essa segunda etapa do metrô, que irá melhorar a mobilidade urbana da nossa capital.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, deputado Gaban, quero apenas fazer um apelo a V.Ex^a no sentido de que tenhamos, todos, muita parcimônia neste momento tão delicado da República. Não se trata, principalmente no tocante a essa questão da Petrobras, de uma situação nem nova nem singular neste País. Talvez, pela primeira vez, o Estado brasileiro, por uma circunstância, em grande parte do momento democrático que nós vivemos, e outras situações, tem agora a capacidade de fazer as devidas investigações.

(Barulho no Plenário.)

Peço a V.Ex^a apenas... Deputado Euclides, estou tentando falar e não estou conseguindo. Peço ao deputado Gaban que nós tenhamos um pouco mais de tranquilidade ao tratar da situação das empreiteiras brasileiras. As maiores empreiteiras deste País, neste momento, estão sendo investigadas. Devemos apostar em que essas investigações cheguem a um denominador final que possa apontar e penalizar realmente os envolvidos. Mas não podemos contaminar a mais do que já está posto, com certa clareza, na mídia, e que ainda vai ser objeto de uma investigação finalística.

Imagine V.Ex^a se cada uma dessas empreiteiras que estão pelo País – grandes empreiteiras – tiverem, neste momento, de parar seus movimentos, suas obras, terem seus contratos suspensos. V.Ex^a, talvez sem querer, estaria aqui a pregar o caos absoluto no País. O tramo 3 do metrô, que basicamente vai ligar Cajazeiras, Águas Claras e Pirajá, precisa imediatamente desse recurso. O governo do Estado, ao pegar a responsabilidade de tocar o metrô, passou rapidamente, e com efetividade, a fazer com que o metrô tivesse outra dinâmica, muito diferente dos 14 anos de espera, que ficou quando estava nas mãos daqueles que não tiveram condições – e não vou cair no mérito – de fazer funcionar, fazer com que os trilhos fossem postos e o metrô passasse a servir aos baianos, especialmente, aos soteropolitanos aqui da nossa capital.

Portanto, quero fazer um apelo até à própria Oposição, que na verdade louvou a tomada de posição do governador Jaques Wagner. Essa Oposição que festejou, deputado Marcelo Nilo, conosco. Estávamos, deputado Marcelo Nilo, no metrô, no primeiro dia, na primeira viagem, com o metrô funcionando, com a presidenta Dilma, aqui na nossa capital. E o prefeito ACM Neto lá estava comemorando, aplaudindo e chamando o nosso governador de corajoso.

Esta coragem, nosso governador, teve e terá. E esse momento, deputado Bruno, é o momento para celebrarmos por Salvador a autorização para que mais recursos sejam investidos nesse importante vetor de desenvolvimento do nosso estado, que é o metrô de Salvador.

Portanto, longe de ser, nesse instante, algo temeroso é esta votação um momento de festejo, de alegria, para esta Casa Legislativa.

Salvador receberá 800 milhões, e Cajazeiras e Águas Claras serão ligadas pelo metrô até Pirajá. Isto é que temos que comemorar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento. Em votação o projeto em discussão única e votação o projeto de lei nº 20.931/2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno da forma que indica e dá outras providências.

Em votação.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, nós da Oposição cumprimos com nossa obrigação...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda?

O Sr. Gaban:- Vou justificar a minha recomendação, Sr. Presidente.

Nós da Oposição fizemos o nosso papel. Alertamos do perigo de fazer esse empréstimo para empresas que estão sendo investigadas. Cumprimos com a nossa obrigação, estamos com a consciência tranquila, agora não podemos, Sr. Presidente, votar contra um projeto, que é até bom o do metrô, porque vai beneficiar a cidade do Salvador, seria uma incoerência da nossa parte em todos os anos de mandato votar contra algo que vai beneficiar o nosso Estado e a nossa capital.

Então, dentro da linha de raciocínio que a Oposição vem adotando durante todos esses 8 anos de mandato do governador Wagner, já que é um projeto que beneficia, mesmo com a recomendação nossa, que não foi acatada para verificar os preços, nós vamos votar favorável a esta recomendação que fazemos depois de um consenso junto à Oposição dessa Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. O projeto irá para a sanção de S. Ex^a o governador Jaques Wagner.

Tendo em vista que há uma convocação extraordinária a realizar-se 1 minutos após encerramento dessa, para votar o projeto de Euclides Fernandes. Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*